



Caraterização do Relato Não Financeiro no Setor da Conservação da Fruta em Portugal

Mestrado em Controlo de Gestão

Patrícia Daniela Alves Araújo

Leiria, setembro de 2022



Caraterização do Relato Não Financeiro no Setor da Conservação da Fruta em Portugal

Mestrado em Controlo de Gestão

Patrícia Daniela Alves Araújo

Dissertação realizada sob a orientação da Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria e co-orientação da Doutora Jucélia Appio Frizon, Professora Adjunta do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão / PR.

Leiria, setembro de 2022

Originalidade e Direitos de Autor

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionada a Autora e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizada, a saber, Curso de Mestrado em Controlo de Gestão, no ano letivo 2021/2022, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação destes trabalhos.

Dedicatória

Aos meus Pais e Avó.

Agradecimentos

A presente dissertação é o culminar de mais uma etapa do meu percurso académico e o maior desafio pessoal ao qual me propus. Como tal, gostaria de agradecer todo o apoio crucial manifestado por diversas pessoas que ao longo deste percurso me apoiaram e nunca me deixaram desistir apesar de todos os obstáculos que foram surgindo. Porém, esta forma de agradecimento será insuficiente para expressar o quão grata estou.

Expresso um sincero agradecimento em primeiro lugar às minhas orientadoras, Prof. Doutora Teresa Eugénio e à Prof. Doutora Jucélia Frizon, não só pela disponibilidade, bem como o apoio, incentivo, sugestões, escolha do tema e todos os conhecimentos que me transmitiram ao longo deste período que levaram até ao produto final.

Ao corpo docente do Mestrado de Controlo de Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, pelos conhecimentos imprescindíveis para a elaboração da dissertação.

Aos meus pais e ao meu irmão por estarem sempre ao meu lado e serem o centro de toda a motivação, esforço, paciência, confiança, força que colocaram em mim quando mais precisei e, sem dúvida por todo o amor incondicional.

Por último, mas não menos importantes, a todos os amigos por estarem sempre presentes, por todas as vezes que me “refrescaram” as ideias e me auxiliarem sempre que necessário para que eu pudesse dedicar mais tempo a esta dissertação.

A todos, o meu muito obrigada,

Patrícia Araújo

Resumo

A sociedade atual enfrenta problemas socioambientais e, com advento desse paradigma, as empresas devem estar preparadas para suprir essa necessidade quer a nível local como mundial. De modo a garantir transparência e a comparabilidade, para uma análise cuidada e correta por parte de todos os *stakeholders*, em forma de resposta, as empresas produzem relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados. A maioria das empresas divulgam este tipo de informação de forma voluntária.

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar e caracterizar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. E como objetivos específicos (1) Identificar o conteúdo da informação não financeira de acordo com os pilares do triple bottom line: Económico, Ambiental e Social, de forma a caracterizar o relato das empresas deste setor e (2) Verificar se existe correlação entre os itens de cada um dos 3 pilares (Económico, Ambiental e Social). Recorreu-se à técnica de análise de conteúdo às páginas web e aos relatórios de sustentabilidade e testes estatísticos.

Conclui-se que a divulgação de informação não financeira para o setor da conservação da fruta em Portugal não representa uma prioridade para os gestores dessas empresas já que apenas 6% das empresas relatam temas relacionados com a sustentabilidade. E na sua generalidade apenas o fazem na página web, não divulgando ainda um relatório de sustentabilidade. A dimensão ambiental é a mais divulgada. Pela análise de correlação ρ Spearman, destaca-se a forte correlação entre algumas temáticas de divulgação do relato não financeiro, nomeadamente entre os itens “Avaliação de Direitos Humanos” e “Não discriminação”, componentes estes da dimensão social.

Se considerarmos que em Portugal o processo de comunicação desta temática é essencialmente voluntário, conclui-se que as empresa deste setor têm ainda um longo caminho a percorrer.

Palavras-chave: Informação Não Financeira, Sustentabilidade, Normas GRI, Setor da Conservação da Fruta, Portugal.

Abstract

Today's society faces social and environmental problems and with the advent of this paradigm, companies must be prepared to meet this need both locally and globally. In order to guarantee transparency and comparability, for a careful and correct analysis by all stakeholders, as a response, companies produce sustainability reports or integrated reports. Most companies disclose this type of information on a voluntary basis.

The main objective of this dissertation is to analyze and characterize the reporting of non-financial information in the fruit sector in Portugal. And as specific objectives (1) To identify the content of the non-financial information according to the triple bottom line pillars: Economic, Environmental and Social, in order to characterize the report of the companies of this sector and (2) To verify if there is a correlation between the items of each one of the 3 pillars (Economic, Environmental and Social). We used the technique of content analysis of the web pages and sustainability reports and statistical tests.

It is concluded that the disclosure of non-financial information for the fruit sector in Portugal does not represent a priority for the managers of these companies since only 6% of the companies report sustainability related topics. And in general, they only do so on their webpage, not yet disclosing a sustainability report. Environmental topics are the most disclosed. Through the ρ Spearman correction analysis, we highlight the strong correlation between some disclosure themes of the non-financial report, namely between the items "Assessment of Human Rights" and "Non-discrimination", components of the social dimension.

If we consider that in Portugal the process of communication on this topic is essentially voluntary, we conclude that companies in this sector still have a long way to go.

Key-words: Non-Financial Information, Sustainability, GRI Standards, Fruit Conservation Sector, Portugal.

Índice

Originalidade e Direitos de Autor	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de Figuras	x
Lista de gráficos	xi
Lista de Tabelas	xii
Lista de siglas e acrónimos	xiii
1. Introdução	1
2. Revisão de literatura	5
2.1. Desenvolvimento Sustentável	5
2.2. Relato Não financeiro	10
2.3. Normas, Diretrizes e Orientações para o Relato Não Financeiro	13
2.3.1. Global Reporting Initiative	14
2.3.2. Relato Integrado	16
2.3.3. Diretivas e Diplomas Nacionais	18
2.3.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	19
2.4. Teorias utilizadas no relato	20
3. Metodologia	24
3.1. Definição e seleção da amostra	24
3.2. Tratamento de dados	29
3.3. Enquadramento macroeconómico e caraterização do setor	33
Dispersão geográfica do setor	40
4. Apresentação e Discussão dos Resultados	44
4.1. Divulgação de informação não financeira de acordo com os pilares económico, ambiental e social	44

4.2. Correlação entre as dimensões do estudo.....	50
5. Conclusão	58
5.1. Limitações do estudo	60
5.2. Sugestões para investigações futuras	60
Bibliografia.....	62
Anexos.....	73

Lista de Figuras

Figura 1 - Pilares de desenvolvimento sustentável.....	6
Figura 2 - Dimensões da sustentabilidade como placas tectónicas.....	7
Figura 3 - <i>Triple Bottom Line</i>	8
Figura 4 - Iniciativas de relato não financeiro.....	13
Figura 5 - Objetivos do desenvolvimento sustentável.....	20
Figura 6 - Visão geral das Normas GRI.....	15
Figura 7 - Criação de valor, preservação e erosão no tempo.....	18
Figura 8 - CAE 103.....	25
Figura 9 - Procedimentos no DGAV.....	25
Figura 10 - Procedimentos Banco de Portugal.....	34
Figura 11 - Distribuição das empresas pelo território português.....	40
Figura 12 - Repartição das empresas pela escala 4.....	48
Figura 13 - Legendas das tabelas de correlação.....	50

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Número de empresas do setor da conservação da fruta.....	27
Gráfico 2 - Principais indicadores macroeconómicos	34
Gráfico 4 – Número de pessoas/ Número de Empresas.....	36
Gráfico 3 - Importações / Exportações	36
Gráfico 5 - Passivo e Capital Próprio do setor	36
Gráfico 6 - Autonomia Financeira / Financiamentos e Custos Obtidos de setor	37
Gráfico 7 - Liquidez Geral e Reduzida.....	38
Gráfico 8 - Prazo Médio de Pagamentos e Recebimentos.....	39
Gráfico 9 - Número de empresas que divulgam informação não financeira e distribuição geográfica	41
Gráfico 10 - Número de empresas que não divulgam informação financeira e distribuição geográfica	42
Gráfico 11 - Número de empresas que não possuem página web e distribuição geográfica	43

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Definições de responsabilidade social.....	9
Tabela 2 – Empresas que compoem a amostra	28
Tabela 3 – Escala de divulgação de informação não financeira	30
Tabela 4 - Exemplo de palavras-chaves	31
Tabela 5 - Itens Económicos	45
Tabela 6 - Itens Ambientais.....	45
Tabela 7 - Itens Sociais.....	46
Tabela 8 - Estatística das dimensões	46
Tabela 9 - Itens versus Empresas	47
Tabela 10 - Itens versus distribuição geográfica	49
Tabela 11 - Avaliação qualitativa do grau de correlação entre duas variáveis.....	50
Tabela 12 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Económica.....	50
Tabela 13 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Ambiental.....	51
Tabela 14 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Social.....	53

Lista de siglas e acrónimos

GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
OCC	Ordem dos Contabilistas Certificados
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
RI	Relato Integrado
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
VN	Volume de Negócios

“Sê a mudança que queres ver no mundo”

(Mahatma Ghandi)

1. Introdução

Diante da grande preocupação socioambiental nas últimas décadas, conceitos como Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) emergiram na literatura académica e empresarial. As empresas passaram a aceitar o compromisso de contribuir para uma sociedade mais justa e em prol do desenvolvimento sustentável. As questões ligadas ao meio ambiente, têm vindo a crescer substancialmente dentro das empresas, da comunidade académica, dos órgãos reguladores, de associações profissionais, entre outros (Mata, Fialho & Eugénio, 2018). Dada a importância desta temática, a investigação e o pensamento sobre temas relacionados com a responsabilidade social empresarial (RSE) ganharam popularidade e interesse em todo o mundo (Carroll, 2021). Como forma de comunicar o que as empresas têm feito em torno da RSC, a divulgação de informações sobre o seu desempenho económico, ambiental e social torna-se cada vez mais necessária. Na literatura, estudos examinaram os relatórios de RSC a partir de uma multiplicidade de perspetivas, dentre eles, Patten e Shin (2019) publicaram estudos sobre vários contextos geográficos como EUA, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia, assim como evidenciam iniciativas em outros países, incluindo o Brasil, Indonésia e Polónia. Esses autores referiram a necessidade de uma melhor execução dos relatórios de RSC em outros países.

Mata, Fialho e Eugénio (2018) também destacaram o tema. Neste estudo é traçado o estado da arte da investigação sobre a divulgação de informação ambiental por parte das empresas. Embora os estudos analisados se apliquem a várias áreas geográficas, conclui-se que a maioria deles incide sobre amostras de países anglo-saxónicos, tais como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália. Estes autores concluíram que apesar de alguns estudos também analisarem países em desenvolvimento, tais como o Equador, Nigéria, Sri Lanka e Bangladesh, que revelam a vulnerabilidade e exploração das comunidades locais, há necessidade de mais estudos para melhor compreensão da responsabilidade social no meio corporativo. Carroll (2021), também realça que a RSE não funciona claramente a nível global e é percebida de forma diferente nos vários países.

Neste sentido, e de forma a contribuir para a discussão do tema, este estudo pretende expor a base conceitual do tema, por meio da investigação teórica e apresentação de casos práticos das empresas portuguesas que adotam o relato não financeiro. Esta temática justifica-se, pois diversos os autores (e.g. Velte, 2022) evidenciam que a maioria das pesquisas concentram-se mais no desempenho financeiro da RSC e sugerem um olhar mais atento sobre outros determinantes e consequências da RSC, incluindo consequências não financeiras.

Devido à percepção do agravamento da escassez e do esgotamento dos recursos, as empresas começaram a repensarem a forma de atuar, bem como a mudarem as suas praticas. Muitas iniciaram este caminho de uma forma voluntária, no entanto, a divulgação de informação não financeira hoje é obrigatória em alguns países. Em Portugal este relato passou a ser obrigatório para as empresas cotadas em bolsa com mais de 500 trabalhadores, visando diminuir o impacto ambiental, sem comprometer a sobrevivência do planeta e das gerações futuras.

Deste modo é inquestionável a preocupação com a sustentabilidade, na medida em que, a parte económica, a ambiental e a social, assim como a satisfação dos clientes, são objetivos das empresas e desempenham um papel determinante na forma como a sociedade as avalia.

Devido à internacionalização dos negócios, estas questões estão cada vez mais interrelacionadas, com impacto na tomada de decisão dos investidores. Deste modo, o relato empresarial é o principal meio de comunicação entre as empresas e os *stakeholders* (Galant & Cerne, 2017). Patten (1992) afirma que as empresas devem ser proativas em relação aos riscos ambientais das suas atividades. Para reduzir os riscos associados às atividades, deve-se desenvolver sistemas de gestão ambiental que forneçam informações sobre sustentabilidade corporativa e desta forma atender às necessidades dos *stakeholders*. Emerge, assim, a necessidade de fornecer aos *stakeholders* informação rigorosa sobre fatores externos e de governação, possibilitando a escolha fundamentada na melhoria da qualidade de informação e na criação de valor (PwC, 2013a).

Na realidade, a integração do mundo empresarial com a sociedade é fundamental e começa a ser notório um aumento na informação não financeira que as organizações

disponibilizam, designadamente em relatórios de sustentabilidade e relatórios financeiros.

O modelo de relato não financeiro tem evoluído com o desenvolvimento de vários standards, como são exemplo as normas da Global Reporting Initiative (GRI), a abordagem do relato integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), e a recente legislação nesta matéria.

Assim, o principal objetivo desta dissertação é analisar e compreender o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. Entende-se ser oportuno este direcionamento pois, a literatura sugere que as empresas do mesmo sector industrial têm práticas de disseminação semelhantes. Este fator permite a criação de grupos de observações de modo a identificar as semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de sectores distintos, bem como a importância de compreender certos objetivos, estratégias e capacidades relacionadas com as práticas de elaboração de relatos não financeiro (Branco & Rodrigues, 2008). As fontes de relato analisadas foram os relatórios de sustentabilidade e as páginas web, tendo a informação sido compilada para análise recorrendo à técnica de análise de conteúdo. Para uma análise sobre a possível correlação entre as dimensões ambiental, social e económica foram feitos testes estatísticos. A escolha do setor de atividade, objeto de análise nesta dissertação, decorre do seu contributo para o projeto “ORCHESTRA – add-value to ORCHards through the full valorisation of macroalgae”¹. O Projeto ORCHESTRA visa o desenvolvimento de práticas alternativas biológicas sustentáveis para produção intensiva de pera Rocha e maçã de Alcobaça, bem como para a conservação e a distribuição destas produções. Assim caracterizar a divulgação da informação não financeira (ambiental, social e económica) neste sector, o setor da conservação da fruta em Portugal, permite contribuir diretamente para o projeto pois este é um setor com total ausência desta informação recolhida e publicada.

¹ Pretende-se com este projeto desenvolver bio-formulações para suprimir o uso de produtos / aditivos químicos sintéticos para combater pragas e a deficiência de nutrientes, nomeadamente através de uma biorrefinaria de algas marinhas para fornecer extratos de algas com potencial para controle de pragas, indução de resistência, fortificantes de plantas e, finalmente, com o subproduto final, melhorar a qualidade do solo. Além desses desafios pré-colheita, a conservação a longo prazo das frutas também será abordada para melhorar o prazo de validade durante o armazenamento e a cadeia de distribuição, maximizando os fitonutrientes. A orientadora desta dissertação faz parte da equipa do projeto. Mais informações em <https://cicf.ipca.pt/orchestra-add-value-to-orchards-through-the-full-valorisation-of-macroalgae/>

Após a introdução, este trabalho apresenta uma revisão de literatura, relativamente, ao conceito de desenvolvimento sustentável, ao relato não financeiro, a normas, diretrizes e orientações para o relato não financeiro. São também apresentadas algumas teorias mais citadas esta matéria. Na terceira parte apresenta-se a metodologia referindo a forma como a definição e seleção da amostra se elaborou, o tratamento de dados e um enquadramento macroeconómico e caraterização do setor da conservação da fruta em Portugal. No ponto seguinte são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, é apresentada a conclusão, as limitações do estudo e as sugestões para investigações futuras.

2. Revisão de literatura

Este capítulo destina-se à explicação da literatura relativa à temática do relato não financeiro. São apresentados os conceitos que alvitram a base teórica para o trabalho de pesquisa bem como a sua evolução. Conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, seguidos da conceituação sobre o relato não financeiro.

2.1. Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tornou-se uma questão global nas últimas décadas, procurando equilibrar as preocupações económicas, sociais e ambientais, tais como aumentar a responsabilidade e solidariedade entre pessoas e nações (UNESCO-UNEP, 1977).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez em 1987 no relatório de Brundtland, elaborado pela comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, formada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas. Este conceito surgiu em resposta ao degradar do meio ambiente provocado pela atividade humana. A definição mais comum é apresentada no relatório “O Nosso Futuro Comum”² apresentada pela World Commission on Environment and Development (WCED, 1987, p. 41) como “is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”.

Pelas palavras de Goodland, Robert e Ledoc (1987), o objetivo do desenvolvimento sustentável é a otimização dos recursos disponíveis sem colocar em risco os mesmos ou similares no futuro, tendo como finalidade a harmonia das atividades ao longo das gerações.

Em concordância com Willis (2012, p. 10) “sustainability is all about facing the future – of devising ways and means to meet the environmental, social and economic challenges the future presents”. Já segundo Markandva e Pearce (1990) o desenvolvimento sustentável baseia-se nos recursos naturais e ambientais, excluindo assim, os recursos

² Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Comissão Brundtland) iniciada pelos Estados Unidos. Do original: “*Our Common Future*”, também conhecido por Relatório Brundtland.

não renováveis. Rattner (1991) aborda a questão da sustentabilidade ao nível social, assim, o desenvolvimento sustentável envolve mais do que o crescimento económico (Machado et al., 2012). Gladwin et al. (1995), afirmam que o desenvolvimento sustentável é um processo de alcance do desenvolvimento humano inclusivo, conectado, prudente e de maneira segura. Neste sentido, reconhece-se que o desenvolvimento sustentável se apoie nas três dimensões: económica, social e ambiental, para preservação do equilíbrio global (Rodrigues & Duarte, 2011). Também estas dimensões são apontadas no conceito de triple bottom line e foram adaptadas para este estudo como as dimensões agregadoras da informação não financeira.

Ao aprofundar a compreensão das implicações do desenvolvimento sustentável denota-se a necessidade de uma visão integrada e prudente dos 3 pilares do desenvolvimento sustentável (Silveira & Petrini, 2018), como podemos constatar na figura seguinte:

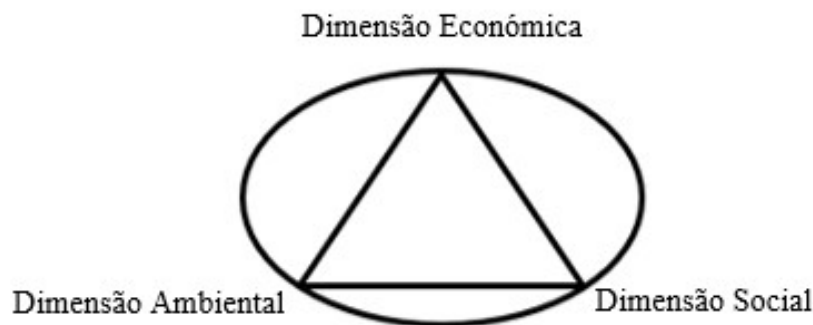


Figura 1 - Pilares de desenvolvimento sustentável
Fonte: Elaboração própria, adaptado de Brandon, Lombardi & Bentivega (1997).

A figura 1 apresenta os pilares da abordagem do *triple bottom line* (TBL). Esta abordagem tem como compromisso adicional para além de uma mera análise económico-financeira, um ponto de vista de sustentabilidade social, económica e ambiental. Estes 3 pilares pretendem proporcionar informação mais precisa, real e transparente aos *stakeholders* sobre a sustentabilidade das instituições.

Inicialmente, foi Elkington (1999), o primeiro a dar ênfase ao TBL, considerando que para as empresas continuarem no mercado é necessário que sejam “[...] gerenciadas não apenas do ponto de vista financeiro, mas também considerando aspetos sociais e ambientais” (Elkington, 1999, p. 397).

Assim, o conceito TBL compreende os aspetos económicos, sociais e ambientais, ganhando reconhecimento considerável, sendo componente das estratégias das empresas

Assim, o conceito TBL compreende os aspetos económicos, sociais e ambientais, ganhando reconhecimento considerável, sendo componente das estratégias das empresas na inovação e na geração de valor (Jeurissen, 2000). O autor defende que o aspeto social depende do económico, e por sua vez, depende do ambiente, o que explica a disposição das “placas” como verificamos na figura 2.

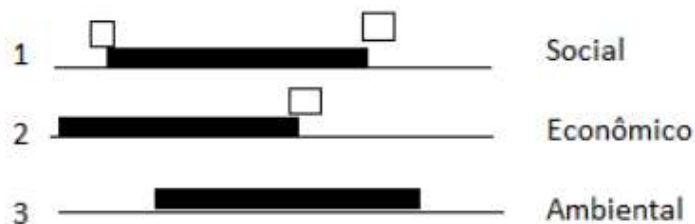


Figura 2 - Dimensões da sustentabilidade como placas tectónicas
 Fonte: Elkington (1999).

O grande desafio do desenvolvimento sustentável é, assim, harmonizar o movimento das três dimensões (económico, social e ambiental). Para Elkington (2001), o aspeto económico está relacionado às questões financeiras, de competitividade e rentabilidade. A dimensão social contempla o capital humano, a saúde da sociedade, habilidades e educação de indivíduos. Por último, o pilar ambiental diz respeito à capacidade do ecossistema de “receber” a atividade económica de uma organização. A ligação entre o aspeto ambiental e social acontece por meio da justiça e da “equidade intra e intergerações”.

Independentemente, da formulação mais complexa de Elkington (1999), a forma como o TBL ficou mais conhecida está representada na figura 3.



A responsabilidade social tem ganho, nos últimos anos, um grande destaque e protagonismo, seja nas instituições, seja na atenção pública (Duarte, 2014), sendo muitas vezes demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário. Deste modo, provoca pressão nas organizações, no sentido de incentivá-las a desenvolver relatórios sobre o tema, relacionando-se com o público de forma ética e transparente (Rico, 2004).

Figura 3 - Triple Bottom Line
Fonte: Zepelim (2007).

No entanto, o conceito de responsabilidade tem sido apresentado de forma confusa, apesar da vasta literatura (Ashley et al., 2000), não existindo uma definição consensual de responsabilidade social (Oliveira, 2002). Apesar da falta de consenso, nota-se uma elevada importância na discussão da implementação de práticas de responsabilidade social (Souza & Costa, 2012). Segundo Santa Cruz (2006), delimitar a responsabilidade social é um desafio, porque pode tomar várias vertentes. A primeira vez que o conceito surgiu foi através do manifesto assinado pelos industriais ingleses, fazendo inferência à sua necessidade, de forma a contribuir para uma sociedade justa entre os *stakeholders* e para o bem-estar em geral (Rodrigues & Duarte, 2012). Na tabela 1 enumeram-se algumas das várias definições de responsabilidade social.

Tabela 1 - Definições de responsabilidade social

Autor	Ano	Definição
Friedman	1970	"A responsabilidade social da empresa resume-se aos lucros." Respeitando sempre as leis e regras, incluindo as éticas.
Sethi	1979	A responsabilidade social, passava não só por cumprir normativos, mas por antecipar as necessidades sociais. Passando, assim, por uma RS mais preventiva.
Drucker	1984	Complementa o conceito de responsabilidade com rendibilidade, podendo ser aproveitada como oportunidade de negócio.
Ethos	2000	"Responsabilidade Social Empresarial está além do que a empresa deve fazer por obrigação legal. Cumprir a lei não faz uma empresa ser socialmente responsável".
Teoria Stakeholders	2001	As características da RSE acompanhada com os regulatórios da sustentabilidade, passa a ser considerada como uma vantagem competitiva no desenvolvimento de gestão.
Okumura	Indefinido	O desafio da RSE passa por "...conjugam as necessidades dos recursos humanos, os impactos sociais e ambientais no processo produtivo, além de respeitar a legislação...".
Lazona	2003	O conceito de RSE é baseado na interdependência entre a empresa e a sociedade.
Oliveira et al.	2004	A responsabilidade social, nos meados de 1990, carência no atendimento de saúde, de educação e outros
Heal	2005	A RSE envolve decisões que reduzam o grau de custos externos ou evitar conflitos distribuídos.
Cosenza & Chamovitz	2007	Defendem que a ética e a responsabilidade social devem andar juntas.
Freire	2008	Para Bowen a responsabilidade social referia-se aos homens de negócios e as obrigações dos homens de negócios são adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade."
Basenbecker et al.	2011	A RS é entendida como o compromisso que as organizações têm em contribuir com o desenvolvimento da sociedade, bem como a preservação ambiental.
Macêdo et al.	2011	As empresas optam por comportamentos responsáveis por elevarem não só da empresa, mas também dos seus bens e serviços.
Santos et al.	2012	A RS define-se como atitudes entre cidadãos e empresas, preservando o meio ambiente para gerações futuras, além de impulsionar as desigualdades sociais.
Bezerra	2016	A RSE surge com novas exigências e novas formas de gerir as empresas. Sobretudo no que toca por parte dos consumidores "... cada vez mais, os consumidores adotam critérios sociais nas suas decisões".

Fonte: Elaboração própria.

A responsabilidade social como atuação social surge no desenvolvimento normal das atividades (Rodrigues & Duarte, 2012). Desta forma, as empresas devem promover a inovação e o equilíbrio entre todas as áreas, nomeadamente, as dimensões económicas, ambientais e sociais, com vista a uma sustentabilidade duradoura. Segundo Rocha (2010, p. 274-275) as empresas devem atuar, respeitando princípios éticos, como por exemplo:

- Redução de danos ecológicos e preservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- Criação de políticas de contratação e promoção não discriminatórias;

- Fornecimento de compensações justas e evitar o emprego precário;
- Distribuição de lucros pelos empregados;
- Tratamento de resíduos tóxicos, perigosos para o ambiente e para a sociedade;
- Apoio de programas de ação social e caridade.

Em suma, as organizações emergem na necessidade de promover a ética, propiciando o bem-estar comum e contribuindo para o desenvolvimento humano.

2.2. Relato Não financeiro

O setor empresarial está, cada vez mais, a um ritmo intenso devido à força das transformações tecnológicas, geopolíticas, sociais e económicas, associado a diferentes modos de atuação nos processos internos da empresa, como por exemplo, na produção. E, conseqüentemente, a contribuir para um mundo mais limpo e uma sociedade mais justa (Livro Verde, 2021).

As imposições colocadas pela sociedade para que as empresas apresentem informação mais transparente são notórias e desempenham um papel cada vez mais determinante, por exemplo, compromissos éticos e ecológicos exibidos em documentos públicos (websites), na forma como a sociedade avalia essas empresas (Zee, 2009, p. 46).

Deste modo, a consciencialização das empresas por parte dos investidores e dos *stakeholders* levam a uma maior rendibilidade futura, como, por exemplo, o planeamento financeiro, controlo de qualidade e os relatórios financeiros, ou seja, aumenta o valor de mercado da empresa (Simpson, 2010).

Os relatórios financeiros apresentam parágrafos dedicados ao tema da sustentabilidade. A NCRF 26 – Matérias Ambientais, divulga informação sobre os dispêndios de natureza ambiental. No entanto, não é suficiente e existe a necessidade de elaborar um documento próprio (relatório integrado ou relatório de sustentabilidade) que seja, exclusivamente, dedicado à área económica, ambiental e social, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável como um todo.

Para os investidores, temas como a ética, o ambiente, a governação corporativa e social das empresas têm sido uma importante fonte de informação para a tomada de decisões, tornando-se assim o principal meio de comunicação entre os *stakeholders* (Chollet & Cellier, 2011).

As motivações para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade são intrinsecamente relacionadas com a gestão da reputação da organização, devido a fatores internos da empresa (dimensão, desempenho organizacional, posição na cadeia de valor, entre outros), à pressão dos *stakeholders* (meios de comunicação, reguladores, clientes), a acidentes ambientais, ao contributo legislativo ou porque a organização tem um sistema de gestão ambiental. Alguns estudos sugerem que as empresas envolvem-se em relatórios sociais e ambientais principalmente para assegurar a sua própria posição e interesses privados. A informação de sustentabilidade pode ser fornecida de muitas formas (declarações qualitativas, factos quantitativos, declarações financeiras, gráficos ou fotografias, declarações do CEO, entre outros) e podem ser incluídos no relatório anual, relatórios de sustentabilidade de acordo com o GRI, websites de empresas, e outros (Mata, Fialho & Eugénio, 2018).

De acordo com a PwC (2016), a última década registou um crescimento estável do relato de sustentabilidade, associado a um aumento no interesse por parte dos *stakeholders*, pelos aspetos relacionados com a sustentabilidade no desempenho da organização, e na forma como as empresas abordam as suas responsabilidades mais amplas. Efetivamente, a publicação de relatórios de sustentabilidade tem vindo a crescer a um ritmo acelerado resultante da intervenção do público, “[...] call for better corporate governance, transparency and accountability” (Dilling, 2010, p. 20). Este crescimento também se verifica em Portugal com uma adesão crescente das empresas ao relato de sustentabilidade ou relato integrado.

No estudo “Sustainable Development Goal – Reporting Challeng 2017” (PWC, 2017) analisou os relatórios de 470 empresas, de 17 países e de 6 setores de atividade. Da análise baseada na informação pública reportada por 35 empresas, verifica-se que 69% já publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou um Relato Integrado. O estudo refere que o relato integrado, ainda é, uma prática emergente nas empresas portuguesas, com apenas 6% das empresas analisadas a optarem por este modelo e a usarem o IIRC como referencial, nomeadamente no setor energético e dos transportes. Verifica-se ainda, que 75% das empresas que pulicam relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados utilizam o GRI, e que 57% das empresas tem a sua informação não financeira, ou parte

dela, certificada por uma entidade externa e independente. Esta prática existe sobretudo nos setores de energia, dos transportes e de banca.

Também sobre o contexto português, o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal representa 130 empresas (volume de negócios de cerca de 10% do PIB nacional) que se comprometem com a transição para a sustentabilidade, número significativo, para um país com as características de Portugal, onde o tecido empresarial é, maioritariamente constituído por PME. O estudo de Branco & Rodrigues (2008) realizado em Portugal identificou os fatores que influenciam a divulgação da responsabilidade social pelas empresas portuguesas. Ao analisar empresas em 2004 e comparando os relatórios anuais de 2003, os autores evidenciam que as empresas divulgam informações de responsabilidade social para apresentar uma imagem socialmente responsável para que possam legitimar os seus comportamentos aos *stakeholders* e influenciar a perceção externa da reputação.

Barbosa (2019) fez uma análise a trinta empresas cotadas na *Euronext Lisbon*. Os dados de estudo foram obtidos dos Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade, nos anos de 2015 a 2017. Os indicadores de estudo estão relacionados com a divulgação da informação ambiental quer nos relatórios de Gestão e Anexo quer nos Relatórios de Sustentabilidade. Este estudo revela que 76,7% das empresas divulgam informação de caráter ambiental nos relatórios anuais, 83,3% das empresas seguem as orientações GRI, mas só 33,3% das empresas publicam relatórios de sustentabilidade (relatório autónomo). Os indicadores mais divulgados no relatório de gestão são a política ambiental e as medidas de proteção ambiental, porém no relatório de sustentabilidade são a energia, a água, as emissões e os afluentes e resíduos. O autor deste estudo conclui que existem empresas que não divulgam informação ambiental.

Ainda no contexto português, Monteiro et al. (2020) examinaram relatórios de sustentabilidade e demonstrações não financeiras de empresas portuguesas pertencentes à bolsa de valores *Euronext Lisbon* em 2017. Doze das quarenta e sete empresas estudadas publicam relatórios de sustentabilidade, de acordo com as normas GRI, ou demonstrações não financeiras e nove fizeram o alinhamento com os ODS. Os autores concluíram que as organizações terão um grande desafio nos próximos anos, para identificar os ODS prioritários para as atividades, incorporá-los nas suas estratégias, estabelecer metas e relatá-las.

Segundo a PwC (2016), a última década registou um crescimento estável do relato não financeiro, devido ao interesse dos *stakeholders* nas práticas de sustentabilidade e como estas influenciam a performance da organização. O estudo desenvolvido pela *PrincewaterhouseCoopers* (PwC) (2018), efetuado com base num conjunto de 30 empresas de vários setores de atividade, evidência que 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados recorrem ao referencial de relato da GRI. Numa amostra realizada pela PwC (2014), 75% dos CEO's defenderam que as atividades das empresas em termos económicos, fiscais, sociais e ambientais contribuem para o sucesso de longo prazo das suas empresas.

2.3. Normas, Diretrizes e Orientações para o Relato Não Financeiro

O traçar de um rumo sustentável implica uma visão dos impactos ambientais, económicos e sociais, obrigando as entidades, governos e sociedade civil, entre outras a atuar por forma a salvaguardar as questões da sustentabilidade (Cabaço et al., 2017), incluídas nesta dissertação como relato não financeiro. Nos últimos anos, várias iniciativas internacionais têm surgido, tais como a constituição de organizações de impacto internacional, a publicação de normas, diretrizes e diplomas legais com o objetivo de dar orientações às empresas neste caminho da sustentabilidade. Algumas delas estão ilustradas na figura seguinte (figura 4).



Figura 4 - Iniciativas de relato não financeiro

Fonte: <https://www.jornaldamoeda.pt/relato-empresarial-nao-financeiro/> acessado em maio de 2022

Pode-se destacar algumas delas como o *Global Reporting Initiative (GRI)* e *Integrated Report (IR)*. Também a publicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU e a publicação de diretrizes europeias e diplomas nacionais foram relevantes. Apresenta-se de seguida alguma informação sobre esta iniciativas.

2.3.1. Global Reporting Initiative

Existe, nos últimos anos, uma proliferação de iniciativas claras de *reporting* na área da sustentabilidade para responder aos desafios atuais, incluindo alguns referenciais e propostas de relato não financeiro. Como são exemplo as *GRI Standards* da *Global Reporting Initiative* e a abordagem de relato integrado do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, entre outros.

A *Global Reporting Initiative (GRI)* foi criada, no ano de 1997, em Boston³, com o intuito de facilitar, tanto a comunicação, como a consulta da informação publicada sobre a sustentabilidade, os impactos económicos, ambientais e sociais provocados pelo compromisso da atividade das instituições, direcionam-se para a vertente mais sustentável da informação não financeira.

Esta é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como finalidade, desenvolver modelos de relatórios, guias de orientação e normas para a redação e publicação de relatórios de sustentabilidade que integram impactos económicos, ambientais e sociais do negócio (Isaksson & Steimle, 2009).

“GRI is the independent, international organization that helps businesses and other organizations take responsibility for their impacts, by providing them with the global common language to communicate those impacts” (GRI, 2022a).

Desta forma, as normas GRI podem ser implementadas e, posteriormente, relatadas por qualquer tipo de organização, dimensão, setor ou localização geográfica, ou seja, de pequenas organizações até grandes multinacionais.

Embora não exista um padrão obrigatório de reporte, atualmente, o modelo mais utilizado em todo o mundo são as normas da *Global Reporting Initiative (GRI, 2021)*. “As diretrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e para a garantia da qualidade das

³ Tem a sua base na Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e no Instituto Tellus.

informações relatadas” (GRI, 2006a, p. 4). De notar que estas orientações não substituem normas, legislação ou qualquer tipo de documentação legal em vigor (Strandesen et al. 2008).

A primeira versão das diretrizes GRI para os relatórios de sustentabilidade foi lançada no ano de 2000 e seguiram-se 4 gerações⁴. Em 2016, as diretrizes que compõem o G4 foram reestruturadas num conjunto de normas individuais inter-relacionadas, as GRI standards (Monteiro et al., 2020). Comtempla atualmente 37 normas, 3 normas universais e 34 normas específicas. As normas de natureza universal (101 a 103) têm como objetivo apresentar os fundamentos, conteúdos gerais e forma de gestão. As normas específicas têm como objetivo dar orientações de como relatar objetivos específicos de cada tópico material: natureza económica – 7 normas da 201 a 207); natureza ambiental – 8 normas da 300 a 308; natureza social – 19 normas da 400 a 419.

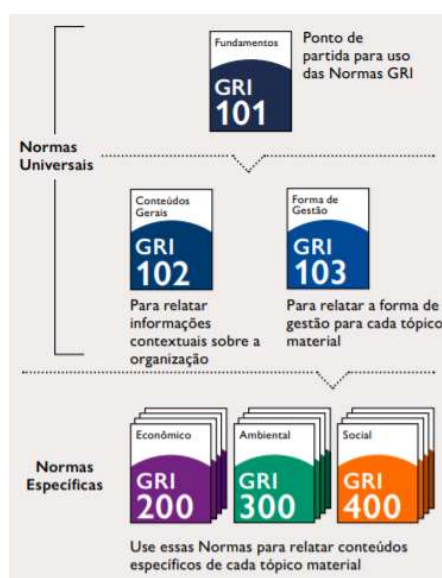


Figura 5 - Visão geral das Normas GRI
Fonte: GRI, 2021

As mais recentes atualizações incluem 40 suplementos (2019), a norma alusiva aos atributos (2019) e a norma relacionada com resíduos (2020) (GRI, 2022c, 2022d).

Tal como já foi referido, o estudo PwC (2018), evidência que 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados recorreram ao referencial de relato da GRI. Também Klynveld Peat Marwick Goerdeler (KPMG) (2020), refere que os

⁴ A primeira atualização das diretrizes (G2) foi lançada em 2002, de seguida a G3 em 2006, e a G4 das diretrizes, publicada em 2013.

relatórios de sustentabilidade são baseados na estrutura definida pelo GRI, com cerca dois terços da amostra de N100⁵ empresas e três quartos de G250 a utilizar esse referencial, o que vem confirmar que esta é, de facto, a norma de referência.

2.3.2. Relato Integrado

Em dezembro de 2009 ocorreu, o acordo entre a *Accounting for Sustainability* (A4S) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) com a *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU), para a criação do Relato Integrado (RI).

Associado ao conceito de responsabilidade social no domínio da contabilidade surgiu em 2010, a primeira entidade responsável pela elaboração do RI, a *International Integrated Reporting Council* (IIRC)⁶ que visa melhorar a qualidade da informação e a responsabilização da gestão e promover um desempenho mais eficiente de modo que a organização obtenha mais valor ao longo do tempo. Sendo desenvolvida para atender as necessidades e fornecer uma base para o futuro (Leocádio, 2017).

Deste modo, o relato integrado foi dado a conhecer como “uma comunicação concisa sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspetivas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, levam á criação, preservação ou erosão de valor no curto, médio e longo prazo.” (IIRC, 2021, p. 10). Isto, por sua vez, representa uma melhoria da informação e da governança que, conseqüentemente, permite a tomada de decisões mais completas tanto internamente como externamente, ou seja, a nível da organização como shareholders ou stakeholders. (Adams & Simnett, 2011).

De acordo com Druckman (2013) o relato integrado surge como um grande passo no relato empresarial, é mais do que criar um relatório anual abrangente. O relato integrado oferece uma visão mais ampla e “perfeita” de olhar para os negócios de forma integral para obter a continuidade sustentável da instituição (Singha, Sadiqb & Kaure, 2019). Pode ser usado como uma ferramenta eficaz de *governance* e de gestão do desempenho (Pwc, 2017). Assim, podemos afirmar que o relato integrado é uma das conseqüências

⁵ De acordo com a KPMG (2020), N100 refere-se a uma amostra de 52000 empresas, sendo esta amostra composta pelo top 100 de empresas em termos de receitas em cada um dos 52 países do estudo.

⁶ *International Integrated Reporting Committee* é uma entidade constituída por um agregado de sujeitos, nomeadamente, reguladores, investidores, empresas, normatizadores, estudantes, contabilistas e organizações não governamentais. Juntos têm como missão a criação, preservação e erosão de valor nos relatórios (IIRC, 2021).

lógicas do crescimento da sustentabilidade e responsabilidade das empresas. É descrito como um documento com foco estratégico e orientado para o futuro (criar valor no curto, médio e longo prazo), com conectividade de informação e relacionamento com as partes interessadas sem obliterar a materialidade, a concisão, a confiabilidade, a completude, a consistência e a comparabilidade, sendo estas as caraterísticas que se evidenciam ao longo do relatório (IIRC, 2021).

Assim, segundo IIRC (2021), o relato integrado tem como principais objetivos:

- Melhorar a qualidade das informações disponíveis aos provedores de capital financeiro (financiadores) com o intuito de permitir um posicionamento mais eficiente e produtivo;
- Comunicar para além do relato corporativo os fatores que afetam materialmente a capacidade da organização facultativa de forma coesa e eficiente ao longo dos tempos;
- Promover a responsabilidade e a administração, alcançando todos os tipos de capital (capital financeiro, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural)⁷, estimulando a ligação entre eles;
- Sustentar o pensamento integrado, a tomada de decisões e as suas ações com foco na criação de valor no curto, médio e longo prazo.

O relato integrado congrega os capitais financeiros e não financeiros (dinheiro e pessoas) lucubrando, deste modo, uma imagem integrada. Visto que ambos são atualmente extremamente importantes, hoje reconhece-se o valor das competências (capital humano) como prioridade para os gestores (Bonsón & Bednárová, 2015; Tilley, 2014).

O processo de criação de valor de uma organização é dinâmico, varia consoante o aumento, diminuição ou transformação das atividades realizadas no negócio. No entanto, o capital humano só aumenta através, por exemplo de formações, ou seja, estes custos levam a uma diminuição do capital financeiro. Há uma transformação de capital financeiro em capital humano. Desta forma, o processo de criação de valor é orientado

⁷ Capital financeiro – fundos de financiamento (dívida e capital)

Capital intelectual – ativos intangíveis (patentes)

Capital humano – competências

Capital social e de relacionamento – intangíveis (marca e reputação)

Capital natural – recursos naturais (água)

pela visão, missão, valores e capitais da empresa, onde os gestores determinam os recursos necessários (capitais), a forma de utilização e como serão transformados no produto pretendido (Fried et al., 2014), como podemos constatar na figura 6. Segundo Adams & Simnett (2011), este relato leva as empresas a divulgarem a sua criação de valor ou esgotamento seja qual for a fonte de capital.

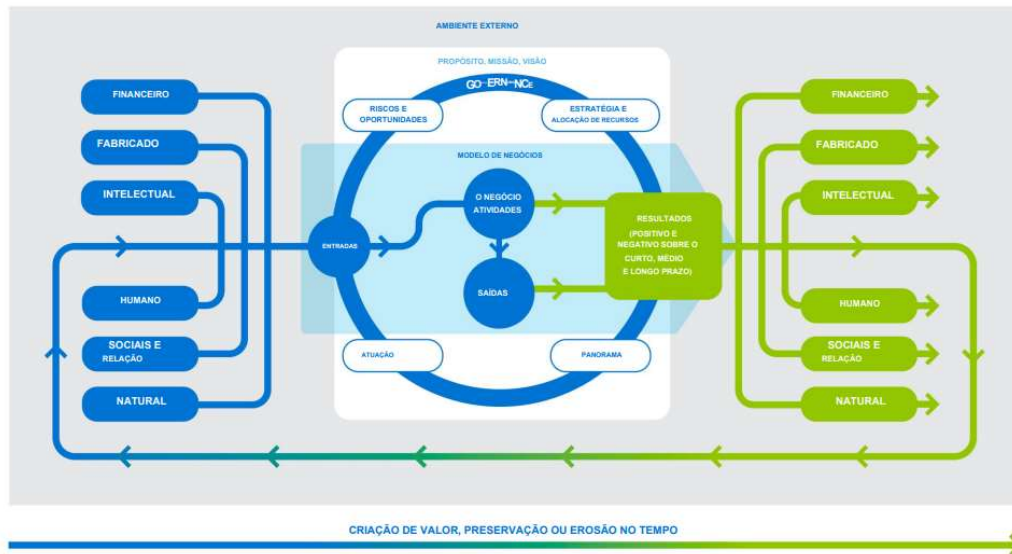


Figura 6 - Criação de valor, preservação e erosão no tempo
Fonte: IIRC, 2021, p.22

2.3.3. Diretivas e Diplomas Nacionais

A diretiva nº 2014/95/EU veio alterar a Diretiva 2013/34/EU que incide sobre a matéria das demonstrações financeiras anuais. A diretiva visa alcançar um nível de transparência semelhante entre toda a Europa, de modo a ampliar a confiança das partes interessadas com o intuito de construir uma economia mais inteligente e sustentável. A diretiva apresenta os requisitos mínimos que as empresas devem apresentar para atingir o seu objetivo (Aureli, Magnagli & Salvatori, 2018).

São apresentados, nesta diretiva, quatro temas da informação não financeira: ambientais (impactos atuais e futuros), sociais (igualdade de género, condições de trabalho, etc.), direitos humanos (prevenção da violação dos direitos humanos) e combate à corrupção e tentativa de suborno.

A presente diretiva é aplicável às empresas que possuam estatuto de entidade de interesse público, que tenham uma média total de mais de 500 funcionários durante o exercício financeiro, ou seja, as empresas que cumprem estes requisitos são obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira no relatório de gestão ou em relatórios separados. As empresas que não se enquadram nestes pontos ficam isentas da obrigação de apresentação da informação, podendo fazê-lo de forma voluntária.

O Decreto-Lei n° 89/2017 de 28 de julho, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/95/EU, de 22 de outubro, que altera a diretiva 2013/34/EU no que refere à divulgação de informações não financeiras. Este Decreto-Lei reflete a mesma preocupação da Diretiva Europeia (Diário da República n° 145/2017, Série I de 2017-07-28, p. 4267 – 4271).

Com a publicação deste diploma, em Portugal, as empresas com interesse público e as entidades de interesse público que sejam empresas mãe de um grupo económico, com mais de 500 trabalhadores têm a obrigatoriedade de elaborar uma demonstração não financeira no relatório de gestão ou num relatório autónomo. Estas entidades devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no relatório de gestão ou apresentada num relatório separado. Desta forma, a sustentabilidade passou a ser uma obrigação para estas entidades, especulando-se que não se esqueçam de executar e comunicar informação não financeira nos respetivos relatórios.

No que diz respeito ao seu conteúdo, deve fazer-se referência “no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas a trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.” (Decreto-Lei n° 89/2017, p. 4267).

Verifica-se que o tema sustentabilidade passou a manifestar uma maior preocupação por parte dos *stakeholders*, organizações de diferentes setores de atividade e, deste modo, começaram a integrar as preocupações manifestadas como uma parte essencial da sua responsabilidade.

2.3.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2015, os 193 países membros das Nações Unidas aprovaram, por consenso, a Agenda 2030, com a publicação e a divulgação dos 17 ODS que contemplam a implementação de 169 metas. Trata-se de um plano de 2015 até 2030 (ONU, 2015). Os

17 objetivos que abrangem o desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos são os apresentados na figura 7.



Figura 7 - Objetivos do desenvolvimento sustentável
Fonte: Unesco, 2021

A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do desenvolvimento dos cidadãos. Deste modo, os ODS mais representativos para a realidade empresarial e industrial são os objetivos 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 17.

Estes 17 objetivos vieram substituir os 8 grandes objetivos do desenvolvimento do milénio (2000/2015), os quais se encontram adaptados a todos os países quer sejam desenvolvidos ou não, isto é, tem aplicação universal (ONU, 2015).

2.4. Teorias utilizadas no relato

O tema do relato não financeiro e as motivações subjacentes à divulgação de informação não financeira têm sido abordados sob diferentes visões e formas (Hahn & Kühnen, 2013). Para melhor compreensão do fenómeno do relato não financeiro, é importante apresentar as teorias que procuram explicar a sua ocorrência. Nesta dissertação optou-se por apresentar três das teorias mais citadas: teoria dos stakeholders, teoria institucional e teoria da legitimidade.

Teoria dos Stakeholders

A perspetiva da teoria dos *stakeholders* visa demonstrar a importância das relações que uma organização tem com os clientes, fornecedores, empregadores e comunidades locais. Isso representa uma mudança de paradigma, pois, desta forma, questiona-se a tese de que o objetivo fundamental dos negócios é proporcionar riqueza apenas aos

acionistas. Assim, a teoria defende que a organização deve criar valor para todas as partes interessadas e não apenas para os acionistas (Freeman, 2020).

A referida teoria considera as partes interessadas de uma organização como membros ligados por uma causa comum e que trabalham juntos para criar um negócio de sucesso (Martinez & Mesa, 2021). Portanto, o ponto central dessa teoria é ressaltar que a organização deve “dar atenção aos interesses de todos que podem ajudar ou dificultar a organização a alcançar os seus objetivos” (Phillips, Freeman & Wicks, 2003, p. 481).

Vale ressaltar que, conforme afirma Freeman (2020), a gestão de *stakeholders* é importante nos dias de hoje, pois a sobrevivência das organizações depende da sua capacidade de gerir os relacionamentos com uma ampla e complexa rede de atores (Graham, 2020), tendo em vista que esses atores influenciam o comportamento de uma organização em função da sua atuação (Lugoboni, Salgado & Murcia, 2019).

A importância da referida gestão decorre do fato de que uma atividade empresarial diz respeito à “forma como clientes, fornecedores, empregados, financiadores, acionistas, comunidade e outros interagem e criam valor. Entender um negócio é saber como esses relacionamentos funcionam” (Freeman, 2008, p.1).

Neste contexto, pode-se afirmar que a teoria dos *stakeholders* está relacionada com as ações das organizações em busca do desempenho organizacional e envolve os recursos e a estrutura dessas organizações. Ademais, vale salientar que o envolvimento da organização com as diversas partes interessadas cria complexidade na tomada de decisão dos gestores (Ribeiro & Gavronski, 2021), o que remete à gestão dos *stakeholders*.

De acordo com Freeman. (2010), a teoria dos *stakeholders* também pode ser relacionada com a responsabilidade social. Os autores explicam que ainda não existe um conceito definido para a responsabilidade social pois existem muitas ideias diferentes, assim como diferentes práticas. Logo, as obrigações de uma organização vão além das considerações financeiras, isto é, para funcionarem corretamente, é necessário que funcionem em conjunto.

Teoria Institucional

A teoria institucional tem vindo a ser trabalhada em várias áreas tais como, a economia, a sociologia, a política e mais recentemente na área da administração (Borges & Borges, 2021). A teoria apresenta explicações para os processos pelos quais estruturas, incluído esquemas, regras, normas e rotinas, se estabelecem como diretrizes autorizadas para o comportamento social (Scapens, 2006). Ou seja, tem por base o institucionalismo que busca a explicação motivacional das organizações para incorporar novos métodos e sistemas (Ribeiro, 2011) e procura explicar o processo de legitimação e no entendimento dos processos e padrões de mudança organizacional (Soeiro & Wanderley, 2019)

A teoria institucional foi concebida através da ideia de que as empresas progredam, não só a partir das pressões internas, mas também através de pressões sociais e ambientais (North, 1990; Filho, 2008). Ela apresenta explicações para os processos pelos quais estruturas, incluído esquemas, regras, normas e rotinas, se estabelecem como diretrizes autorizadas para o comportamento social (Scapens, 2006).

A contribuição desta teoria reside na possibilidade de favorecer as instituições e as mudanças institucionais e além disso promover os níveis de bem-estar da sociedade.

Teoria da Legitimidade

Suchman (1995, p.574) define legitimidade como “uma perceção generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas em algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”, ou seja, a legitimidade depende da relação entre as organizações e a sociedade.

Já na opinião de Deegan (2002), a teoria da legitimidade está interligada com a teoria da economia política, uma vez que a sociedade, a política e a economia são inseparáveis e que a atividade económica não pode ter ausência de considerações sobre o quadro político, social e institucional em que ela se insere. A teoria da legitimidade é baseada numa perspetiva de sistemas abertos, uma vez que considera que as entidades são influenciadas e influenciam a sociedade em que se encontram.

A fim de melhorar a sua legitimidade, as empresas podem abster-se de divulgar informações negativas nos seus relatórios, aumentar as informações positivas ou

negativas e até mesmo reduzir essa informação se acharem que isso ajudará a manter ou aumentar o nível de legitimidade (Fernando & Lawrence, 2014).

De acordo com esta teoria, a divulgação de informação sobre RSE tem como objetivo legitimar a empresa aos olhos de um conjunto mais vasto de intervenientes do que os investigadores e potenciais investidores. Estas partes interessadas incluem frequentemente clientes, empregados, governo e grupos de pressão, por exemplo, grupos ambientais. Estas divulgações de RSE têm como objetivo melhorar a reputação junto dos clientes, maior satisfação e retenção dos empregados e menos regulamentação (Villiers, 2016). Como tal, as empresas usam a comunicação com os seus *stakeholders* como uma forma de gerir a sua legitimidade, em que o seu relato funciona como um canal de contacto unilateral entre as empresas e os *stakeholders* (Silva, 2021).

Com este capítulo dedicado à revisão de literatura pretendeu-se apresentar os conceitos essenciais ligados à temática do relato não financeiro de forma a enquadrar os objetivos do estudo, a metodologia escolhida e os resultados alçados. Temas que serão explorados nos capítulos seguintes.

3. Metodologia

Na sequência da revisão de literatura, o nosso estudo tem como objetivo geral analisar e caracterizar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. Assim como objetivos específicos apresentam-se:

1º. Objetivo: Identificar o conteúdo da informação não financeira de acordo com os pilares do triple bottom line: Económico, Ambiental e Social, de forma a caracterizar o relato das empresas num sector específico: conservação da fruta (setor sobre o qual não existe qualquer estudo que apresente esta caracterização).

2º. Objetivo: Verificar se existe correlação entre os itens de cada um dos 3 pilares (Económico, Ambiental e Social).

A definição e seleção da amostra e a forma de tratamento dos dados são apresentadas de seguida nos pontos 3.1. e 3.2. Para uma melhor explicação e compreensão do objetivo 1 e 2, é apresentado o enquadramento macroeconómico e a caracterização do setor (CAE 103) no ponto 3.3.

3.1. Definição e seleção da amostra

Definir a amostra, é essencial para o cumprimento dos objetivos definidos anteriormente. De acordo com Gil (1999, p.99) uma população é “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”, podendo ser formada por pessoas, famílias, estabelecimentos industriais, ou qualquer outro tipo de elementos, dependendo basicamente dos objetivos da pesquisa (Barbetta, 2001). A população deste estudo são todas as empresas portuguesas incluídas no setor da conservação da fruta no ano de 2021. Para determinação da amostra foi considerado inicialmente o número total de empresas portuguesas pertencentes ao setor da conservação da fruta representado pelo CAE 103, como podemos verificar na lista seguinte (figura 8).

103			Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas
	1031	10310	Preparação e conservação de batatas
	1032	10320	Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas
	1039		Outra preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas
		10391	Congelação de frutos e de produtos hortícolas
		10392	Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas
		10393	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada
		10394	Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis
		10395	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos

Figura 5 - CAE 103

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007.

Através da base de dados da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) acedida em 15 de dezembro de 2021, através do link: <https://sipace.dgav.pt/Estabelecimentos/PublicacaoNCV?page=1&page=2&s.Seccao=37>, foi obtida a lista de empresas alvo de estudo. Foram seguidos os procedimentos da figura 8, e obtiveram-se 430 empresas pertencentes ao setor da conservação da fruta.

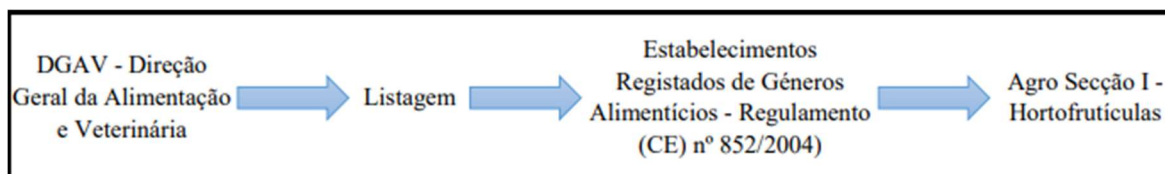


Figura 6 - Procedimentos no DGAV

Fonte: Elaboração própria, com base na página web da DGAV

Listadas as empresas portuguesas do setor, foi verificado se as mesmas possuíam página web (com ou sem referência a temas de sustentabilidade) e/ou relatório de sustentabilidade, considerando os seguintes critérios: (1) A empresa não apresenta página web; (2) A empresa apresenta página web, mas não faz referência à sustentabilidade; (3) A empresa faz referência à sustentabilidade apenas na página web; (4) A empresa faz referência à sustentabilidade na página web e apresenta relatório de sustentabilidade. Para compor a nossa amostra as empresas devem cumprir o critério 3 ou 4. Foram obtidos os seguintes resultados:

1. A empresa não apresenta página web (C1):

Da amostra inicial (430 empresas) após aplicar o critério 1, conclui-se que 268 empresas não possuem página web, ou seja, cerca de 62% da amostra inicial. Resultando, assim 162 empresas.

2. A empresa apresenta página web, mas não faz referência à sustentabilidade (C2):

Verificado este critério, 131 empresas (aproximadamente 30%) que não reportam informação sobre sustentabilidade (informação não financeira). A nossa amostra passou de 162 para 31 empresas.

3. A empresa faz referência à sustentabilidade apenas na página web (C3):

Decorrendo o critério número três, confirma-se uma amostra de 31 empresas. No entanto, das 31 empresas que divulgam informação sobre sustentabilidade na sua página web, 6 empresas são filiais, logo foram excluídas, uma vez que a página web e/ou relatório de sustentabilidade é único (apenas da casa mãe).

Assim, a amostra seria constituída apenas por 25 empresas (6% da amostra inicial). De salientar ainda que das 25 empresas, 8 delas não apresentam nenhum item de informação, isto é, revelam apenas que o tema é essencial para a instituição e para sociedade, sem mais qualquer outra informação, logo também excluídas por não ser possível pontuar em qualquer item da grela (apresentada no ponto seguinte). Forma-se assim, uma amostra de 17 empresas.

4. A empresa faz referência à sustentabilidade na página web e apresenta relatório de sustentabilidade (C4):

Analisado o último critério, constata-se que apenas 1 empresa (grupo Nabeiro) possui relatório de sustentabilidade e divulga informação na página web. Resulta, assim, uma percentagem de 0.2% do total de empresas do setor.

Em suma, das 430 empresas do setor, após aplicar os critérios referidos, apenas 17 cumprem os critérios 3 e 4 e serão utilizadas para o estudo.

O gráfico 1 faz uma síntese da informação dos critérios anteriores.

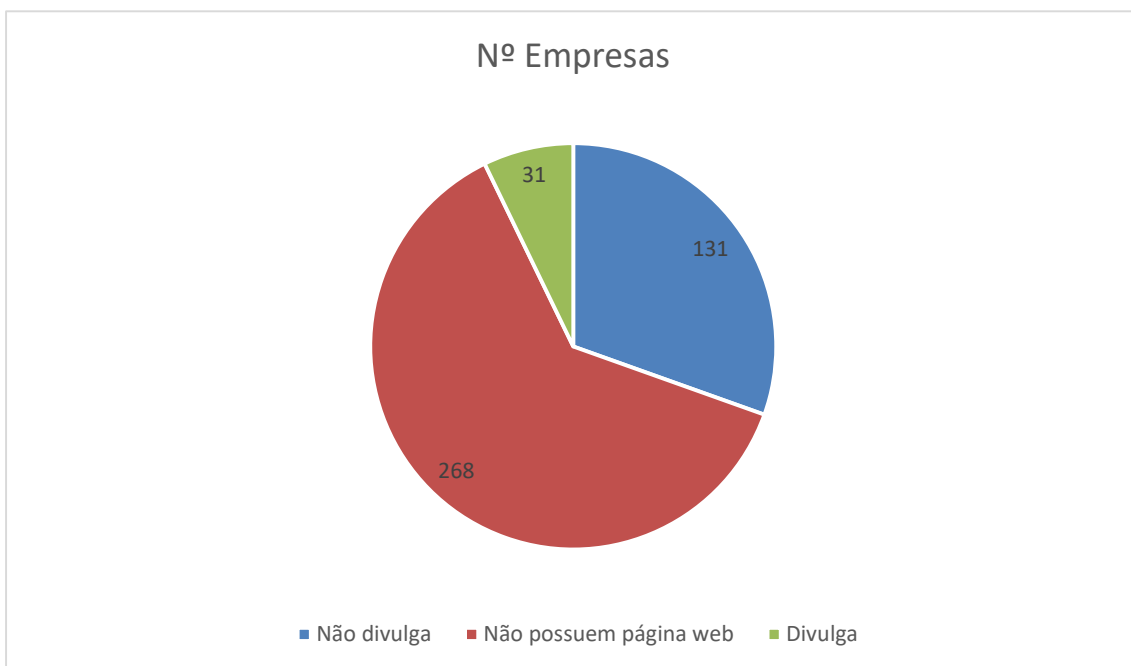


Gráfico 1 - Nº de empresas do setor da conservação da fruta

Para chegar à nossa amostra de 17 empresas sintetizamos o processo:

Total de empresas portuguesas regista no setor ad conservação da fruta	430
(- C1) Total de empresas que não apresenta página web	(268)
(- C2) Total de empresa que apresenta página web, mas não faz referênci a sustentabilidade	(131)
(-) Empresas filiais (do grupo C3, para evitar repetições)	(6)
(-) Empresas que embora do C3 apenas têm informação genérica	(8)
Empresas que compõem a amostra final	17

Com a definição amostra foi também possível compreender que as empresas do setor da conservação da fruta em Portugal são empresas na generalidade muito pequenas que na sua maioria nem possuem página web. Das que possuem apenas uma minoria está desperta para a publicação de informação sobre os temas da sustentabilidade.

A tabela 2 identifica as empresas da amostra (17 empresas), apresentando o nome, localidade, concelho, região e atividade.

Tabela 2 – Empresas que compõem a amostra

Nome	Localidade	Concelho	Região	Atividade
Lactogal Produtos Alimentares, SA	Rua do Cemitério, nº649, Tocha, 3060-719, Cantanhede	Cantanhede	DSAVR Centro	Fabricação de sumos de fruta e de produtos hortícolas (10320) (10320)
Campil – Agro-Industrial do Campo do Tejo, Lda.	Vale da Pedra - P.O. Box 28 ,2071-909, Vale da Pedra	Cartaxo	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
S & A - Sociedade Industrial de Aperitivos, S.A.	Alem do Mourão-Tentúgal. ,3140-580, Tentúgal	Montemor-o-Velho	DSAVR Centro	Preparação e conservação de Batatas (10310) (10310)
Sugal Alimentos, S.A.	Estrada Fonte das Somas, Apartado 6 ,2131-901, Benavente	Benavente	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Calimenta - Agroindústria, S.A.	Rua Pedro Nunes, N.º 90, ,2504-910, Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas (10393) (10393) / Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Calcob - Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro e Vagos, CRL	Industrial, 6 - ZIVV NORTE, Rua F, 6 ,3770-308, Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	DSAVR Centro	Preparação e conservação de Batatas (10310) (10310) / Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Frutalgoz, Sociedade Agrícola do Algoz, Lda.	Sítio das Ferrarias. Algoz ,8365-292, Sítio das Ferrarias	Silves	DSAVR Algarve	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Vitacress Portugal, SA	Quinta dos Cativos ,7630-033, Boavista dos Pinheiros	Odemira	DSAVR Alentejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Bonduelle - (Portugal) - Agroindústria, S.A.	Zona Industrial de Santarém, Várzea de Santarém, 2005-002, Várzea STR	Santarém	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Congelamento de frutos e produtos hortícolas (10391) (10391)
Maçarico, S.A.	Av. Manuel Milheirão, n.º 17 ,3070-767, Praia de Mira	Mira	DSAVR Centro	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Italagro-Indústria Transformadora de Produtos Alimentares, S.A.	Lezíria das Cortes. Apartado 13 ,2601-906, Castanheira do Ribatejo	Vila Franca de Xira	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Campotec – Comercialização e Consultadoria de Hortofrutícolas, S.A.	Estrada Nacional n.º 9 - Zona Industrial de Casalinhos de Alfaiata. ,2560-393, Silveira	Torres Vedras	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Pabi, S.A.	Av. Cidade da Guarda, n.º 17, 6400-374, Pinhel	Pinhel	DSAVR Centro	Descasque e transformação de frutos de casca rijas comestíveis (10394) (10394)
Naturdelta - Sociedade Empreendedora de Agricultura, Turismo, Educação e Natureza, Lda. (GRUBO NABEIRO)	Zona Industrial, Rua A, n.º 1 ,7370-114, Campo Maior	Campo Maior	DSAVR Alentejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
Sumol + Compal, Marcas, S.A.	Rua Dr. António João Eusébio, n.º 24, 2790-179, Carnaxide	Oeiras	DSAVR Lisboa e Vale do	Fabricação de sumos de fruta e de produtos hortícolas (10320) (10320)

			Tejo	
Cooperativa Agrícola Açoriana de Hortofruticultores - Frutaçor, C.R.L.	Rua do Rosário (Posto Agrícola), 9600-549, Ribeira Grande	Ribeira Grande	DSV	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas (10393) (10393)
Frulact - Indústria Agro-Alimentar, SA	Parque Industrial do Tortosendo, Rua H ,6200-823, Tortosendo	Covilhã	DSAVR Centro	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
GL INTERNATIONAL FOOD SA	Parque Industrial da Azambuja, Estrada Nacional 3, Km 5,7 ,2050-522, Vila Nova da Rainha	Azambuja	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Preparação e conservação de frutos e hortícolas por outros processos (10395) (10395)
DECORGEL - Produtos Alimentares, S.A.	Rua do Progresso, 363, 4785-647, Trofa	Trofa	DSAVR Norte	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas (10393) (10393)
Nuvi Industrial, SA	Estrada Nacional 8, km 36, 2565-7733, Freixofeira - Turcifal	Torres Vedras	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas (10392) (10392)
Geocakes, Unipessoal, Lda.	Estrada Nacional 353, S/N, Junto ao Chafariz, Senhora da Graça, 6060-191, Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	DSAVR Centro	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas (10393) (10393)
TZT - FLYING FISH AZORES, Lda.	Caminho do Reguinho nº16, 9700-163, São Bento	Angra do Heroísmo	DSV	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas (10393) (10393)
Agro-On, Unip. Lda.	Centro Empresarial Gambelas, E2, 8005-139, Faro	Faro	DSAVR Algarve	Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas (10392) (10392)
Tomar Natural	Rua Outeiro dos Cucos, 750, Quinta Casal das Varandas, 2305-412, Casal do Pote, Madalena, 2305-412, Casal do Pote	Tomar	DSAVR Lisboa e Vale do Tejo	Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas (10392) (10392)
NOGAM Unipessoal, Lda.	Herdade das Atafonas, CM 1184 - Km 5, 7005-773, Torre de Coelheiros	Évora	DSAVR Alentejo	Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis (10394) (10394)

Fonte: Elaboração própria

3.2. Tratamento de dados

Primeiramente, a fim de responder aos objetivos apresentados, com base no universo de empresas que o setor conservação da fruta apresenta, foi necessário verificar o número de empresas que divulgam informação não financeira, tal como explicado no ponto anterior. Após apurada a amostra criou-se uma base de dados utilizando o software Microsoft Office Excel (versão 220801) com informação das empresas do setor que constituem a amostra.

Para responder às questões de investigação, foram consideradas as empresas que cumpriam o critério 3 e 4, tendo sido as restantes empresas excluídas desta análise por não apresentarem divulgação sobre a sustentabilidade na sua página web e/ou

publicarem um relatório de sustentabilidade. Foram ainda excluídas 14 empresas que apesar de cumprirem o critério 3, não tinham condições para fazer parte da amostra como explicado no ponto anterior. A informação sobre a sustentabilidade constante das páginas web das empresas e do relatório de sustentabilidade foi analisada recorrendo à técnica de análise de conteúdo.

Bardin (1977) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter padrões através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Foi elaborado um instrumento de trabalho/grelha para identificar os tópicos abordados e aferir o nível de divulgação de informação sobre o tema (Anexo I). Este instrumento teve como base as normas GRI cobrindo as 3 dimensões: itens económicos, ambientais e sociais. Foram inicialmente analisados os indicadores principais divulgados pelo GRI e desses foram escolhidos os que se aplicavam ao setor. Dado que amostra apenas incluía um relatório de sustentabilidade a informação foi analisada, não na perspetiva de verificar se o indicador estava apresentado e construído de acordo com as normas GRI, mas se o assunto sobre o qual o indicador incidia era mencionado. Ou seja, analisou-se a abordagem da temática.

Para aferir o nível de divulgação de informação, foi atribuída uma pontuação de 1 a 5 de acordo com o nível de divulgação da empresa acerca das suas práticas de sustentabilidade (Tabela 3). Entende-se que quanto mais alto o valor, mais alto é o nível de referência/divulgação dos itens pelas empresas em estudo, ou seja, permite avaliar se a empresa está a divulgar os itens e qual o nível de cumprimento dos mesmos.

Tabela 3 – Escala de divulgação de informação não financeira

Escala	Classificação
1	A empresa não faz qualquer referência à temática do indicador
2	A empresa refere que a temática do indicador não se aplica à empresa
3	A empresa faz referência à temática do indicador mas não o cumpre, é nulo
4	A empresa faz referência à temática do indicador mas não o cumpre na totalidade, encontra-se na fase de desenvolvimento
5	A empresa faz referência à temática do indicador e cumpre-o na sua totalidade

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Domingues, 2020.

Para maior facilidade do preenchimento da grelha de análise de conteúdo e localização da informação foram definidas palavras-chave por item. A título de exemplo apresentam-se as palavras-chave para o item “Valor económico direto gerado e distribuído” (tabela 4). A lista completa de palavras-chave por item pode ser encontrada no anexo II desta dissertação.

Tabela 4 - Exemplo de palavras-chaves

Indicador	Palavras-chave
Valor económico direto gerado e distribuído	Económico
	Custos operacionais
	Salários
	Pagamentos ao governo

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, elaborou-se a grelha de análise de conteúdo passível de ser aplicada a qualquer empresa, de modo a realizar, analisar e avaliar os relatórios de sustentabilidade e, principalmente, as páginas web das empresas portuguesas a operar no setor da conservação da fruta. Esta grelha inclui a classificação dos itens, a escala de classificação e as palavras-chave. Para executar uma análise detalhada e semelhante entre todas as organizações foi utilizada a ferramenta de pesquisa “ctrl + f” para localizar as palavras-chaves de cada item, tanto nas páginas web como nos relatórios.

Após todos os critérios estabelecidos, considera-se que este trabalho pode ser classificado de acordo com Gil (2002), como uma pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aperfeiçoamento de ideias ou intuições com vista a proporcionar uma maior familiaridade com a adversidade. A pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição de características de determinada população ou fenómeno, por meio da recolha de dados. Neste sentido, o presente estudo pode ser considerado como exploratório.

Ainda de acordo com Gil (2002), esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, dado que as fontes utilizadas para o estudo foram os relatórios de sustentabilidade e páginas web das empresas, publicados de forma eletrónica e analisados pelo autor e estudos científicos publicados em revistas científicas, sobre o tópico em estudo.

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ainda ser classificada como quantitativa e qualitativa. A pesquisa qualitativa aborda temas que não podem ser quantificados em equações ou estatísticas (Rodrigues & Limena, 2006). Exige um estudo mais amplo do objeto de pesquisa, visando a interpretação e a análise de conteúdo (Del-Masso et al., 2012).

Em suma, a pesquisa qualitativa é mais subjetivista quando comparada com a pesquisa quantitativa, por ser uma pesquisa mais objetivista. Neste sentido, podemos concluir que este estudo aborda, primeiramente, a abordagem qualitativa, uma vez que assenta na pesquisa/investigação e interpretação do relato (objetivo específico um) e, posteriormente, uma abordagem quantitativa.

A abordagem quantitativa foi abordada para atender ao objetivo específico 2. Segundo Richardson (1999, p. 70), “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Esse método representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências. Para tanto, empregou-se o método de correlação ρ Spearman. Justifica-se a escolha metodológica pelo método de correlação de ρ Spearman por ser recomendado em amostras pequenas (menor que 30 casos) (Dancey & Reidy, 2013).

Para esta análise, utilizou-se o software SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* para verificar se existe correlação entre os itens de cada um dos 3 pilares (Económico, Ambiental e Social). Para tal, empregou-se a análise de correlação de ρ de Spearman.

O coeficiente de correlação de ρ de Spearman (ou r de Spearman) é a mais antiga estatística, descrito em 1904 por Charles Spearman, é uma estatística não paramétrica baseada em postos e exige que as variáveis sejam medidas em pelo menos uma escala ordinal e não existam suposições em relação à distribuição conjunta das variáveis. Ou seja, mede a intensidade da relação entre variáveis mensuradas em nível ordinal, isto é, usa, em vez do valor observado, apenas a ordem das observações.

O teste de correlação de ρ de Spearman procura verificar a associação de variáveis, pois a correlação mensura o relacionamento entre as variáveis e verificam a sua dependência

ou independência, pois quando há mudanças nos valores numa relação monótona, as variáveis tendem a mudar conjuntamente, mas não necessariamente a uma taxa constante. Desta forma, o coeficiente de correlação ρ de Spearman baseia-se nos valores classificados de cada variável (Dancey & Reidy, 2013).

Segundo Guilford (1950) e Dancey e Reidy (2013), este método deve ser usado quando as amostras são pequenas, uma vez ser, preferencialmente, para amostras inferiores a 30 e quando os dados já estão ordenados.

Este coeficiente é dado por: $\rho = \frac{6 \sum d_i^2}{n(n^2-1)}$

- n é o número de pares (x_i, y_i)
- d_i é a diferença entre as ordenações, isto é (postos de x_i dentre os valores de x) e (postos de y_i dentre os valores de y)

O coeficiente, ρ de Spearman varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos (-1 e 1), maior será a associação entre as variáveis. Correlações positivas ocorrem quando as duas variáveis se modificam no mesmo sentido, e correlações negativas ocorrem quando uma aumenta o valor, a outra diminui e vice-versa (Dancey & Reidy, 2013).

Para um melhor entendimento e contextualização dos resultados no ponto seguinte apresenta-se o enquadramento macroeconómico de Portugal e uma caraterização do setor da conservação da fruta.

3.3. Enquadramento macroeconómico e caraterização do setor

Em Portugal, a pandemia COVID-19 levou ao confinamento obrigatório e ao fecho de algumas atividades económicas que originaram um impacto negativo na economia nacional. Face a este contexto, segundo a síntese económica da conjuntura publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), desde janeiro de 2020, o produto interno bruto (PIB) decresceu 8,4% em volume, face a 2,7% em 2019, o que corresponde a 200,1 mil milhões de euros em 2020.

Contribui para o decréscimo do PIB, a procura interna (-5,6 p.p.; após +3,0 p.p. em 2019), a procura externa líquida em 6,5 p.p. (-0,8 p.p. em 2019), resultante da desaceleração das exportações face as importações.

No mesmo modo, a taxa de inflação fixou-se em 0,0%, ou seja, também registou um decréscimo de 0,3 p.p. face a 2019.

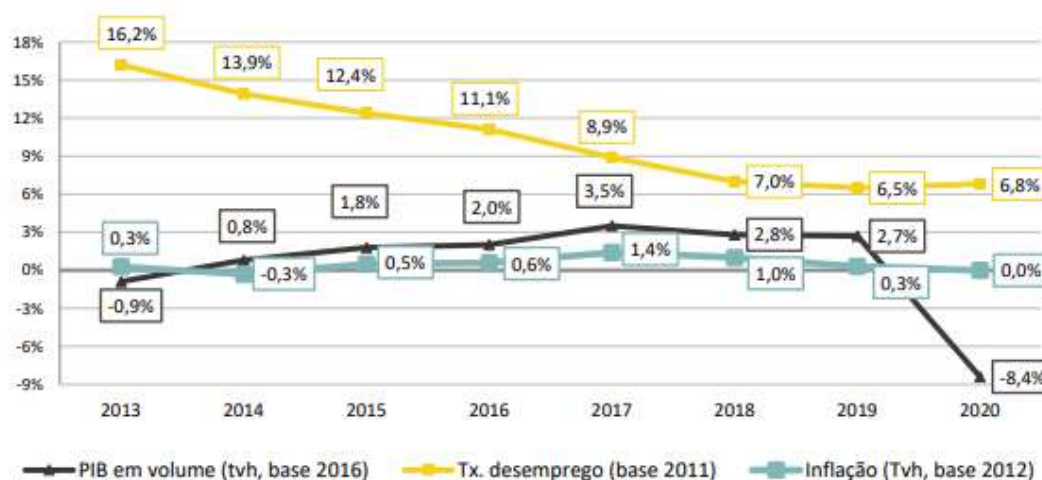


Gráfico 2 - Principais indicadores macroeconómicos

Fonte: INE, Contas Nacionais, Inquéritos ao Emprego e Índice de Preços no Consumidor, 2020

Contrariando estes índices, a taxa de desemprego situou-se em 6,8% em 2020 (6,5% em 2019 e 7% em 2018), ou seja, verificou-se um pequeno aumento face ao último ano.

Este conflito poderá reduzir o PIB europeu em cerca de 0,3% a 0,4% de acordo com um cenário intermédio. Por outro lado, considerando um cenário severo o PIB aproximar-se-á de 1% e a taxa de inflação poderá atingir 5,1% em janeiro e 5,8% em fevereiro (Cáceres, 2022).

Na segunda parte, apresenta-se o setor e os subsectores, procurando diferenciar algumas variáveis de caracterização, designadamente, e a título de exemplo, o número de pessoas ao serviço, número de empresas, volume de negócios entre outros.

Para a elaboração da caracterização do setor da conservação da fruta recorreu-se à página do Banco de Portugal, através do link: <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>, acedido em 2 de dezembro de 2021. Foram seguidos os procedimentos da figura 9, para recolher os dados necessários referentes ao setor.

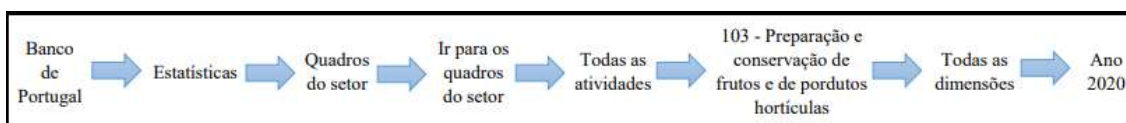


Figura 7 - Procedimentos Banco de Portugal

Fonte: Elaboração própria, com base na página web da DGAV

Segundo a Classificação das Atividades Económicas (CAE)⁸, a Indústria da Preparação e Conservação de Frutos e Produtos Agrícolas⁹ inclui os seguintes subsectores:

- Preparação e conservação de batatas (10310)
- Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas (10320)
- Outra preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas (1039)
- Congelação de frutos e de produtos hortícolas (10391)
- Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas (10392)
- Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada (10393)
- Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis (10394)
- Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos (10395)

A Indústria da Preparação e Conservação de Frutos e Produtos Agrícolas Portuguesa, do subsector alvo do nosso estudo, é, essencialmente, composta por microempresas e pequenas empresas que compreende, no total 306 empresas¹⁰, das quais 220 são relativas a microempresas e 61 a pequenas empresas. De ressaltar que o setor da conservação da fruta é um setor de peso regional. Estas empregam, no total, cerca de 5 768 trabalhadores diretos gerando um aumento de trabalhadores de aproximadamente 0,56% entre os anos 2019 e 2020 (<https://www.gee.gov.pt/en/documentos/en/economic-sectors-1/c-manufacturing/10-manufacture-of-food-products/7725-103-preparation-and-preserving-of-fruit-and-vegetables/file>, consultado a 21 de fevereiro 2022).

Nos últimos anos, o número de pessoas, de empresas, de negócios, as exportações e as importações apresentam um crescimento sustentável, mas, enquanto o número de pessoas mantiveram essa tendência em todos os anos, verificou-se, de 2019 para 2020, uma recessão nos demais indicadores. Observa-se também que as exportações apresentam quase o mesmo valor do volume de negócios. Se analisarmos o emprego, este indicador aumentou exponencialmente desde 2018 até 2020. Verifica-se ainda que as importações e as exportações evoluem elas próprias na mesma direção, com exceção de uma ligeira descida das importações de 2019 para 2020.

⁸ Classificações das Atividades Económicas, CAE Ver. 3, estipulada pelo Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro.

⁹ As Indústrias da Preparação e Conservação de Frutos e Produtos Agrícolas (CAE 103) encontram-se inseridas na Secção C – Indústrias Transformadoras.

¹⁰ A diferença de empresas do Banco de Portugal e DGAV podem ter várias explicações tais como: filiais, ano (2020 referente ao banco de Portugal e 2022 relativo DGAV), entre outros motivos.

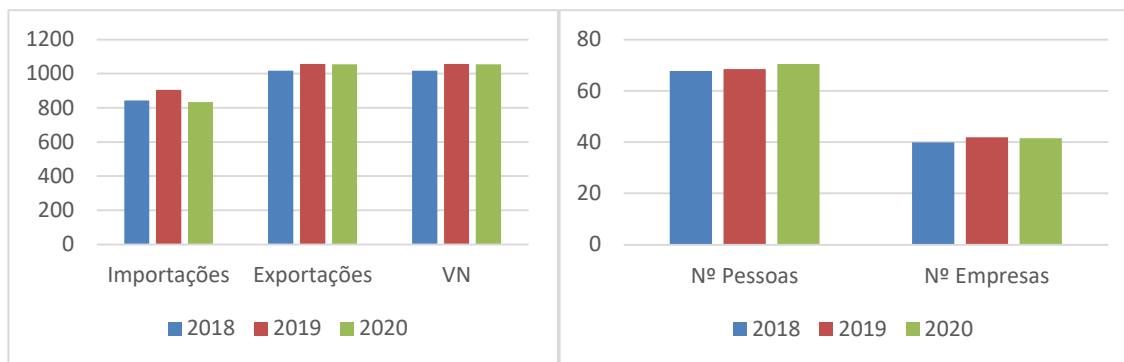


Gráfico 4 - Importações / Exportações (em milhões de €)

Gráfico 3 - Nº de pessoas/ Nº Empresas

No que se refere ao total do capital próprio e do passivo, em 2018, 2019 e 2020 constatou-se que o total do passivo era superior ao total do capital próprio. Todavia, no último ano o valor do capital próprio aproximou-se do passivo, evidenciando apenas uma diferença de 107 777 milhares de euros.

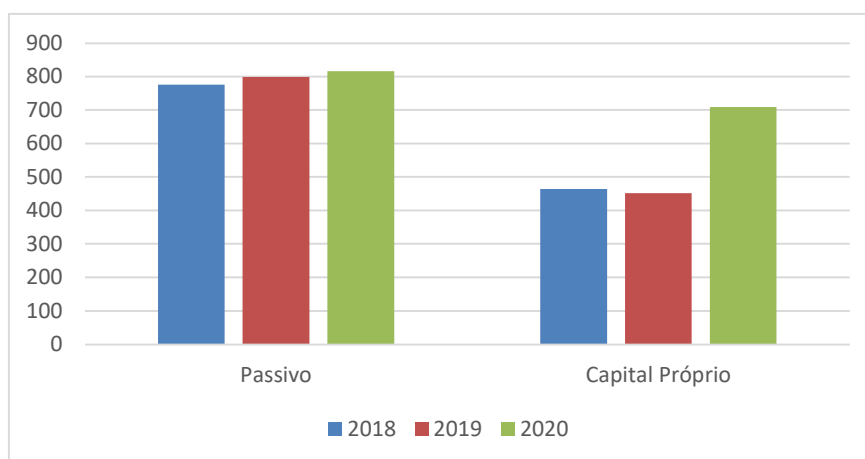


Gráfico 5 - Passivo e Capital Próprio do setor (em milhões de €)

O peso dos financiamentos obtidos de longo prazo tem vindo a diminuir no ano de 2020, como podemos verificar no gráfico abaixo. Contudo, registou-se uma variação negativa de 1,6% de 2018 para 2019 e, de 2019 para 2020, uma variação positiva fase ao período anterior, de 4%.

Ao analisar a autonomia financeira verifica-se um aumento no último ano, sendo que em 2018 obteve-se um valor de 37,4%, em 2019 de 36,1% e 2020 com 46%. Este rácio calcula-se através do quociente entre o valor dos capitais próprios e o valor do ativo, num dado período. Uma vez que o rácio gerou valores perto dos 50%, podemos afirmar

que o setor tem autonomia financeira, pelo que, tem capacidade de fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios.

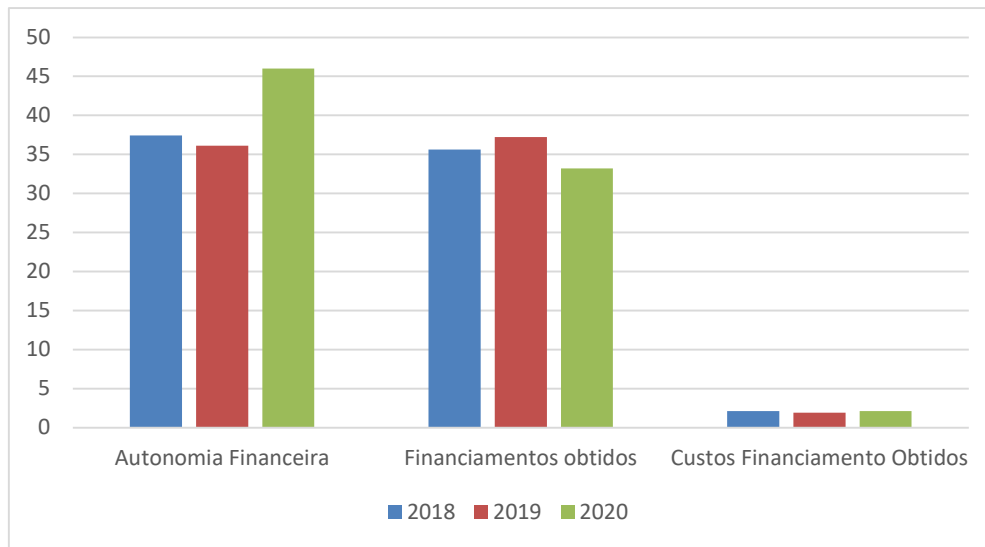


Gráfico 6 - Autonomia Financeira / Financiamentos e Custos Obtidos de setor

As decisões económicas influenciam o nível de rendibilidade, e conseqüentemente, esta condiciona as decisões financeiras. Deste modo, a análise à rendibilidade é necessária para o seu desenvolvimento, equilíbrio e independência financeira.

A rendibilidade do ativo ou Return On Assent (ROA), avalia o desempenho dos capitais totais investidos pela empresa, desconsiderando os gastos de financiamento. Este rácio avalia a capacidade de os ativos gerarem resultados desprezando as políticas de financiamento da entidade. Representa o ganho obtido por cada unidade monetária investida, no entanto apresenta uma diminuição ao longo dos últimos três anos de 1,1%.

Por outro lado, a rendibilidade dos capitais próprios representa a remuneração do capital investido pelos sócios / acionistas da empresa. É um dos principais indicadores de rentabilidade e cujo objetivo é demonstrar a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa, apresentando um valor de 4,4% para o ano de 2020.

A liquidez geral avalia em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas por ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos a curto prazo. Quando o rácio de liquidez geral é inferior a 1, o que não se verifica neste caso, as obrigações de curto prazo (passivos correntes) não se encontram totalmente cobertas pelos ativos de maior liquidez (ativos correntes).

Já a liquidez reduzida não considera os inventários (definição do banco de Portugal), e apresenta valores inferiores a 100%, o que nos permite afirmar que o setor não tem capacidade de cobrir a totalidade das dívidas de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, ou seja, está dependente da venda de existências.

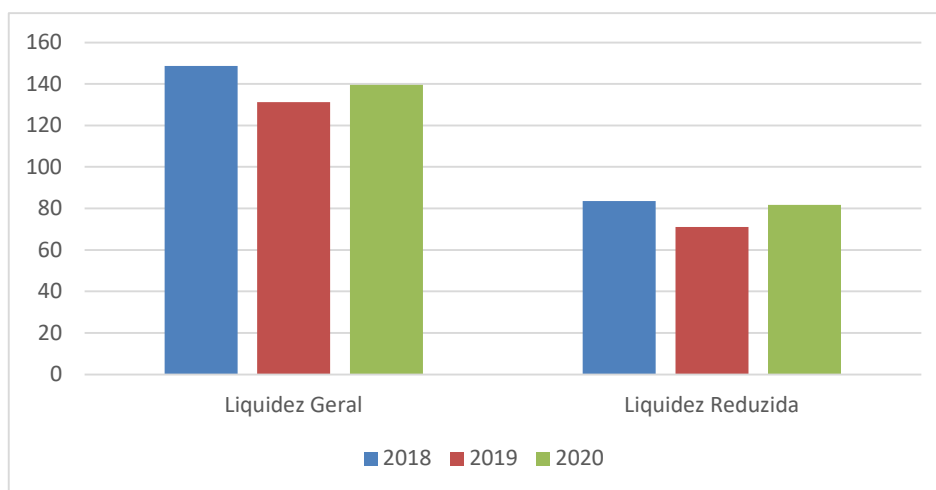


Gráfico 7 - Liquidez Geral e Reduzida

O prazo médio de recebimentos tem como objetivo a determinação, em média, do tempo que a empresa demora a receber os créditos dos clientes. Podemos constatar que este prazo compreende valores entre 71 e 80 dias entre os anos de 2018 e 2020. Ainda assim, é necessário comparar este PMR com o prazo médio de recebimentos contratado ou objetivo, de forma a evidenciar se este é favorável ou desfavorável.

Já o prazo médio de pagamentos estabelece o tempo que a empresa, em média, demora a pagar aos fornecedores. Ao analisar este rácio, verifica-se que PMP do setor atinge o valor de 59 dias no ano de 2020, não revelando grande variação nos últimos 3 anos.

O prazo médio de recebimentos do setor é inferior ao prazo médio de pagamentos, o que é favorável à mesma. Contudo, se o setor pagasse aos fornecedores à mesma medida que ia recebendo dos clientes, não existiria qualquer impacto nas necessidades de fundo de maneo e, assim, teria uma situação de equilíbrio financeiro, ou seja, a sua tesouraria líquida seria igual a zero. Ainda assim, tal situação não acontece.

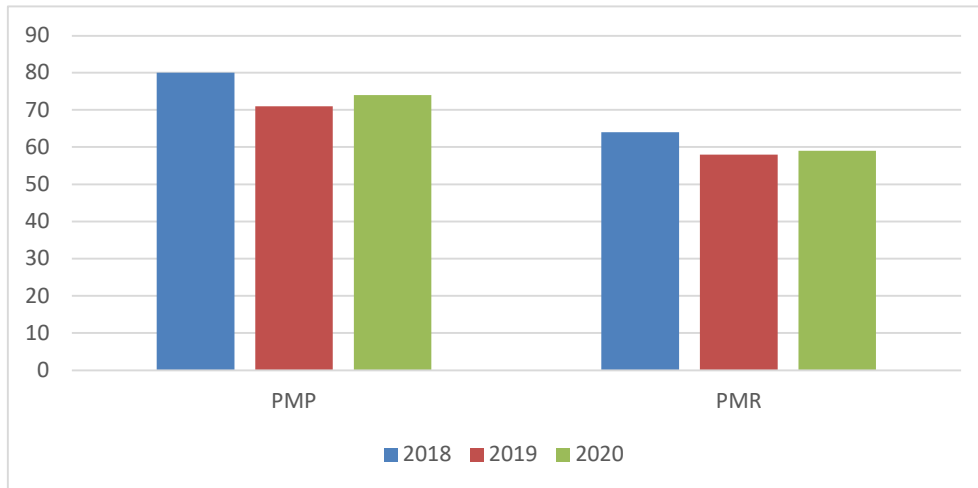


Gráfico 8 - Prazo Médio de Pagamentos e Recebimentos

Através da análise dos dados recolhidos, verifica-se que nos últimos 3 anos, o setor da conservação da fruta no ano de 2019 obteve um decréscimo nos segmentos apresentados, devido ao impacto da pandemia, mas logo no ano seguinte exprimiou um ligeiro crescimento. Não obstante, importa realçar que a estrutura do setor acompanha a evolução da estrutura nacional.

Este estudo tem como objetivo compreender como a organização é influenciada por fatores externos a si, tal como, a evolução da economia e a própria realidade do setor em que está enquadrada. O entendimento da posição do setor permite não só complementar a justificação do desempenho das empresas, mas também permite avaliar e compreender a posição de cada empresa como uma unidade em relação as demais.

Dispersão geográfica do setor

Nesta fase, com o intuito de selecionar a informação não financeira divulgada pelas empresas que constituem a amostra, foi analisada a preponderância geográfica destas associações em Portugal.

A distribuição geográfica esta presente na figura a 10.



Figura 8 - Distribuição das empresas pelo território português

Concentrando-se, maioritariamente, na área metropolitana de Lisboa, com 25,6% do volume de negócios do setor, 19,7% do emprego e com 15,7% das empresas do setor. De seguida, a área metropolitana do Porto (18,5% do volume de negócios, 18,9% do emprego e 7,2% do número de empresas). Subsequentemente, as sub-regiões de Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo e Oeste que compreendem 29,6% do volume de negócios, 31,9% do emprego e 18,6% do número de empresas.

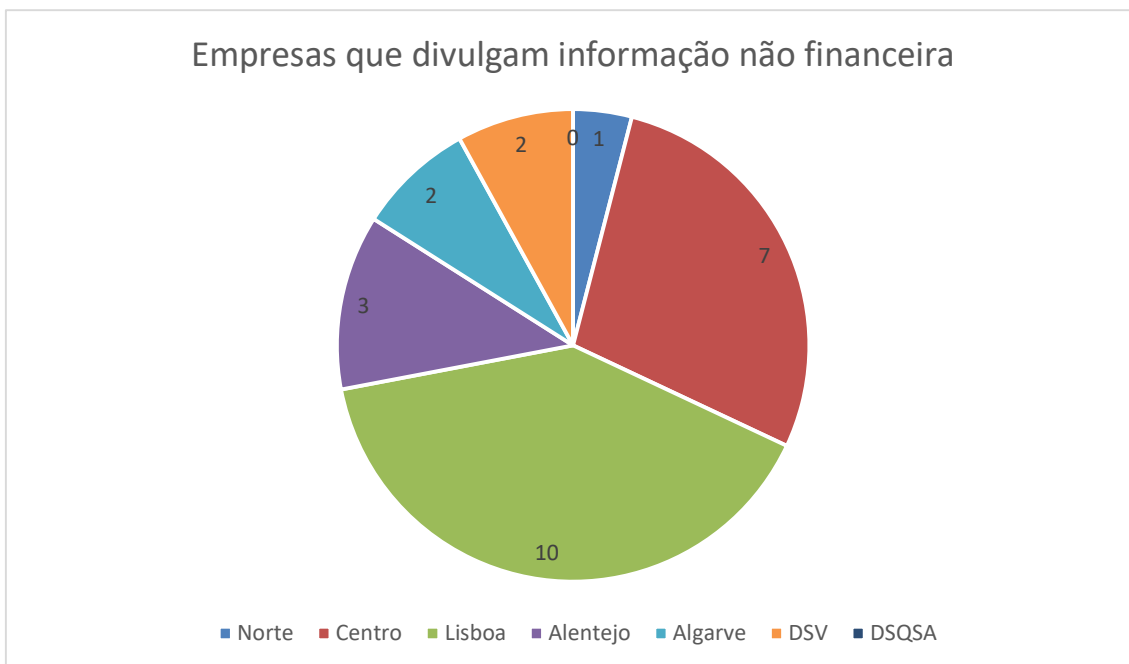


Gráfico 9 - N.º de empresas que divulgam informação não financeira e distribuição geográfica
Fonte: Elaboração própria, com base na página web DGAV

No que respeita às empresas que divulgam informação não financeira, observamos que as empresas encontram-se maioritariamente na zona de Lisboa (10 empresas), na zona Centro e o Alentejo (7 e 3 empresas, respetivamente). Seguidamente, a zona do Algarve e dos Açores com 2 empresas e, por último a zona norte com 1 empresa. A Madeira não apresenta nenhuma empresa do setor que divulgue informação não financeira.

No entanto, vamos considerar para o estudo 17 empresas. Devido a 8 das 25 empresas divulgarem que o tema da sustentabilidade é imprescindível para a instituição e para a sociedade, mas, no entanto, não desenvolvem nenhum item, daí serem excluídas. As 8 empresas encontra-se distribuídas pela zona Norte (1 empresa), Lisboa (3 empresas), Alentejo (1 empresa), Algarve (2 empresas) e, por último, os Açores (1 empresa).

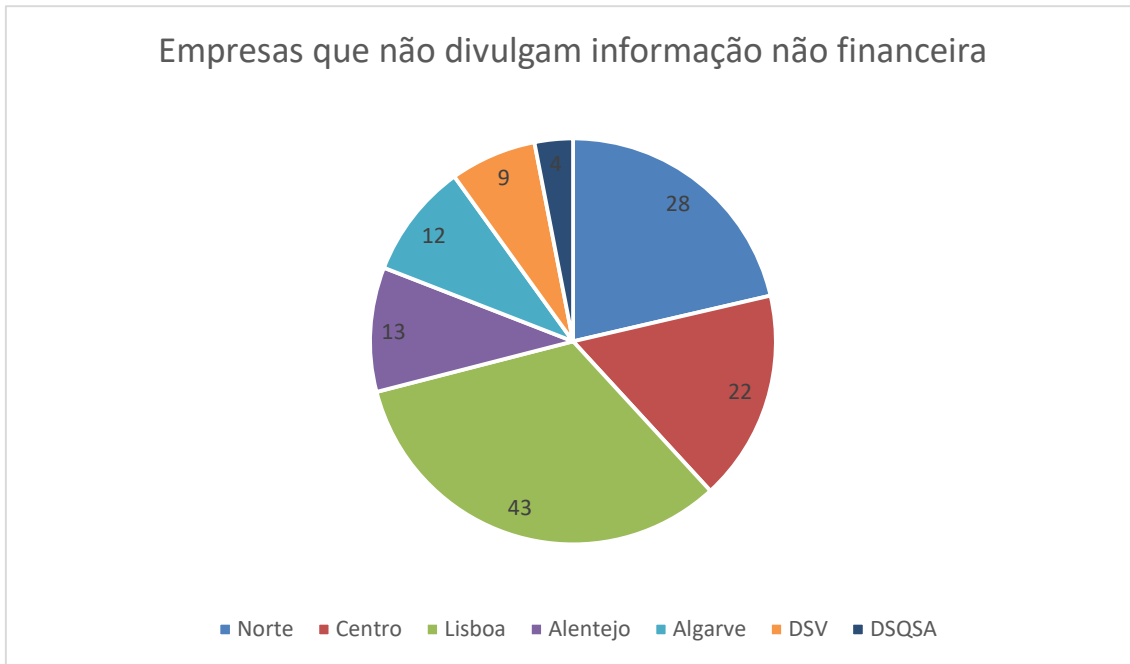


Gráfico 10 - N° de empresas que não divulgam informação financeira e distribuição geográfica
Fonte: Elaboração própria, com base na página web DGAV

Neste estudo, podemos presenciar que predominantemente das empresas que não divulgam o relato encontram-se na zona de Lisboa com 43 empresas. Logo após a zona Norte, Centro com 28 e 22 empresas, na devida ordem. Das restantes empresa (29%) estão distribuídas pela zona do Alentejo, Norte, Açores e Madeira, representando na totalidade 38 empresas.

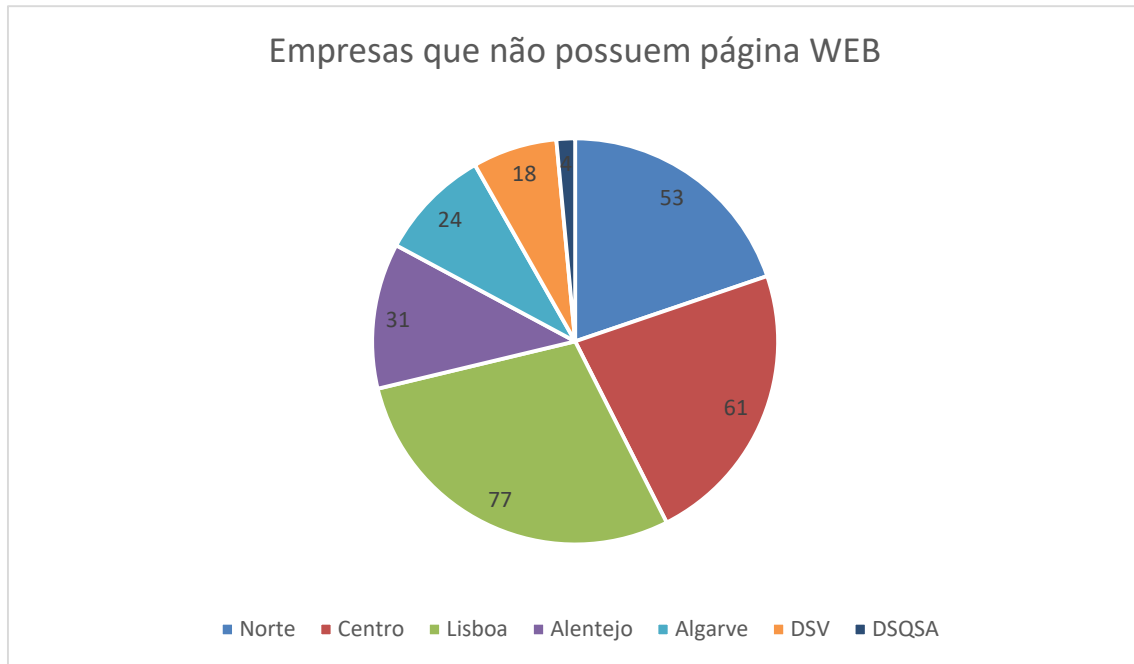


Gráfico 11 - N° de empresas que não possuem página web e distribuição geográfica
Fonte: Elaboração própria, com base na página web DGAV

Após a análise do gráfico, constatamos que as empresas se localizam, predominantemente, nas zonas de Lisboa, Centro e Norte, evidenciando um total de 191 empresas, o que equivale a cerca de 72%. As remanescentes empresas (28%) situam-se nas zonas do Alentejo, Algarve e Açores, por ordem decrescente. Identificamos também que a zona da Madeira não apresenta nenhuma empresa.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

A secção atual visa expor e analisar a realidade das empresas do setor da conservação da fruta portuguesas face à divulgação de informação de sustentabilidade, nos pilares económico, ambiental e social. Pretendendo-se uma descrição e interpretação dos resultados face aos objetivos definidos anteriormente.

4.1. Divulgação de informação não financeira de acordo com os pilares económico, ambiental e social

Tendo em consideração as empresas da amostra (já definida no ponto 3 – Metodologia) foram analisadas as 17 empresas face à divulgação na sua página web e no seu relatório de sustentabilidade tendo em conta os itens definidos no instrumento de trabalho e as escalas apresentadas (na tabela 3). Recordando as escalas: (1) A empresa não faz qualquer referência à temática do indicador; (2) A empresa refere que o tema do indicador não se aplica à empresa; (3) A empresa faz referência à temática do indicador, mas não o cumpre, é nulo; (4) A empresa faz referência à temática do indicador mas não o cumpre na totalidade, encontra-se na fase de desenvolvimento; (5) A empresa faz referência à temática do indicador e cumpre-o na sua totalidade.

O objetivo é primeiro é identificar o conteúdo da informação não financeira de acordo com os pilares do triple bottom line: Económico, Ambiental e Social, de forma a caraterizar o relato das empresas no sector específico da conservação da fruta (setor sobre o qual não existe qualquer estudo que apresente esta caraterização).

A tabela 5 apresenta os resultados totais para o pilar económico. Verifica-se que o nível de divulgação deste tipo de informação é muito reduzido, dado que na sua maioria os itens estão classificados com a escala designada 1, ou seja, a empresa não faz qualquer referência à temática do indicador.

Tabela 5 - Itens Económicos

<u>Itens Económicos</u>	<u>Escala</u>				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
<u>Desempenho Económico</u>	<u>66</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Presença no Mercado</u>	<u>33</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
<u>Impactos Económicos Indiretos</u>	<u>18</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>16</u>	<u>0</u>
<u>Combate à Corrupção</u>	<u>49</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Tributos</u>	<u>62</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>6</u>	<u>0</u>

De entre os itens salienta-se o item impactos económicos indiretos, uma vez que de entre todos é o que apresenta valores superiores (16) na escala com número 4 (a empresa faz referência à temática do indicador, mas não o cumpre na totalidade, encontra-se na fase de desenvolvimento). Os restantes exibem valores reduzidos e em torno de zero. Concluimos que as empresas não divulgam esta informação na sua página web. Como referido apenas foi analisado um relatório de sustentabilidade. Os itens com pontuação 4 são maioritariamente desta empresa. O quadro 9 permite ter essa informação mais detalha (resultados por empresa).

Tabela 6 - Itens Ambientais

<u>Itens Ambientais</u>	<u>Escala</u>				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
<u>Materiais</u>	<u>39</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>12</u>	<u>0</u>
<u>Energia</u>	<u>27</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>22</u>	<u>2</u>
<u>Água e Afluentes</u>	<u>64</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>21</u>	<u>0</u>
<u>Emissões</u>	<u>98</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>21</u>	<u>0</u>
<u>Resíduos</u>	<u>49</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>35</u>	<u>1</u>
<u>Conformidade Ambiental</u>	<u>14</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3</u>	<u>0</u>
<u>Avaliação Ambiental de Fornecedores</u>	<u>29</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>4</u>	<u>0</u>

No que se refere à dimensão ambiental constata-se que, comparativamente ao pilar económico, o grau de reporte é substancialmente superior. No entanto, à semelhança do anterior também se observa uma maior concentração de valores com escala igual a 1.

Destacam-se os itens de resíduos, energia, emissões e água e afluentes, com valores no intervalo de 21 a 35, na escala de 4. Os demais itens apresentam valores menores, próximos de zero, exceto o itens materiais com 12 valores na escala de 4.

É possível afirmar que, de certa forma, as empresas consideram material a divulgação destes itens visto que a escala 4 e 5 apresenta valores consideráveis.

Tabela 7 - Itens Sociais

<u>Itens Sociais</u>	<u>Escala</u>				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
<u>Emprego</u>	<u>49</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Relações de Trabalho</u>	<u>16</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
<u>Segurança e Saúde do Trabalho</u>	<u>138</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>32</u>	<u>0</u>
<u>Capacitação e Educação</u>	<u>43</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>8</u>	<u>0</u>
<u>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</u>	<u>33</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
<u>Não discriminação</u>	<u>14</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3</u>	<u>0</u>
<u>Liberdade Sindical e Negociação Coletiva</u>	<u>15</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Trabalho Infantil</u>	<u>14</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3</u>	<u>0</u>
<u>Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</u>	<u>15</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Práticas de Segurança</u>	<u>15</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Avaliação de Direitos Humanos</u>	<u>30</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>4</u>	<u>0</u>
<u>Comunidades Locais</u>	<u>25</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>9</u>	<u>0</u>
<u>Avaliação Social de Fornecedores</u>	<u>32</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
<u>Políticas Públicas</u>	<u>16</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
<u>Saúde e Segurança do Consumidor</u>	<u>28</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>6</u>	<u>0</u>
<u>Marketing e Rotulagem</u>	<u>50</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>

No que concerne aos itens sociais existe uma aglomeração de valores na escala 1, tal como nas dimensões anteriores. Das subsecivas escalas, de realçar a escala 4, devido a ser a única que apresenta valores ainda que reduzidos. De frisar o item segurança e saúde do trabalho devido a revelar um valor de 32 nessa mesma escala.

Em suma, todos os itens centram-se, principalmente, com escala definida 1 e 4, ou seja, as empresas não fazem qualquer referência ao item ou fazem referência ao item, mas não o cumprem na totalidade. Exceto a dimensão ambiental que desenvolve na totalidade 3 subitens, a energia e resíduos. Conclui-se também que de entre as 3 dimensões estudadas, a dimensão ambiental é a mais divulgada.

Tabela 8 - Estatística das dimensões

	<u>Dimensão Económica</u>	<u>Dimensão Ambiental</u>	<u>Dimensão Social</u>
Mínimo	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Máximo	<u>68,00</u>	<u>68,00</u>	<u>68,00</u>
Média	<u>10,20</u>	<u>12,60</u>	<u>7,65</u>
Desvio padrão	<u>20,12</u>	<u>22,09</u>	<u>18,95</u>

Pode-se apurar através da tabela supra que os valores são muito regulares nas 3 dimensões. O máximo (68) e o mínimo (0) são invariáveis ao longo das 3 dimensões. Já no que toca à média esta varia entre 7,65 e 12,60, o que demonstra a concentração dos dados de uma distribuição, como o ponto de equilíbrio das frequências. Quando maior a dispersão dos dados, maior o valor do desvio padrão, ou seja, a dimensão social é a que apresenta menor dispersão de valores, de seguida a dimensão económica e por último a dimensão ambiental.

Tabela 9 - Itens versus Empresas

<u>Empresas</u>	<u>Itens Económicos</u>					<u>Itens Ambientais</u>					<u>Itens Sociais</u>					<u>TOTAL</u>				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
<u>GRUPO NABEIRO</u> (Naturdelta + Transformação de frutas campomaiorense)	9	0	6	0		7	0	16	3		12	0	24	0		28	0	46	3	
<u>Lactogal</u>	15	0	0	0		14	0	12	0		36	0	0	0		65	0	12	0	
<u>Campil</u>	14	0	1	0		18	0	7	0		34	0	2	0		66	0	10	0	
<u>S&A</u>	14	0	1	0		17	0	9	0		36	0	0	0		67	0	10	0	
<u>Sugal Alimentos</u>	14	0	1	0		21	0	5	0		27	0	9	0		62	0	15	0	
<u>Calcob</u>	14	0	1	0		22	0	4	0		27	0	9	0		63	0	14	0	
<u>Vitacress</u>	13	0	2	0		17	0	9	0		30	0	6	0		60	0	17	0	
<u>Frulact</u>	14	0	1	0		20	0	6	0		33	0	3	0		67	0	10	0	
<u>Bonduelle</u>	13	0	2	0		12	0	14	0		33	0	3	0		58	0	19	0	
<u>Maçarico</u>	13	0	2	0		21	0	5	0		35	0	1	0		69	0	8	0	
<u>Campotec</u>	13	0	2	0		18	0	8	0		25	0	11	0		56	0	21	0	
<u>Pabi</u>	14	0	1	0		26	0	0	0		34	0	2	0		74	0	3	0	
<u>Sumol + Compal</u>	14	0	1	0		18	0	8	0		34	0	2	0		66	0	11	0	
<u>Nuvi Industrial</u>	15	0	0	0		19	0	7	0		32	0	4	0		66	0	11	0	
<u>Geocokes</u>	13	0	2	0		22	0	4	0		35	0	1	0		70	0	7	0	
<u>TZT - Flying Fish</u> <u>Azores</u>	12	0	3	0		26	0	0	0		35	0	1	0		73	0	4	0	
<u>Tomar Natural</u>	14	0	1	0		22	0	4	0		35	0	1	0		71	0	6	0	

Analisada a tabela supra, pode-se afirmar que da informação não financeira a dimensão mais divulgada é a ambiental. Assume-se com uma percentagem de 0,5% face às restantes. A dimensão social apresenta uma percentagem de 0,4% devido a apresentar um elevado número de itens relativamente as demais.

A fim de um melhor entendimento da profundidade do nível de divulgação da escala 4 (a empresa faz referência à temática do indicador mas não o cumpre na totalidade, encontra-se na fase de desenvolvimento) por parte das entidades, elaborou-se a repartição dos totais em intervalos de 5 em 5.

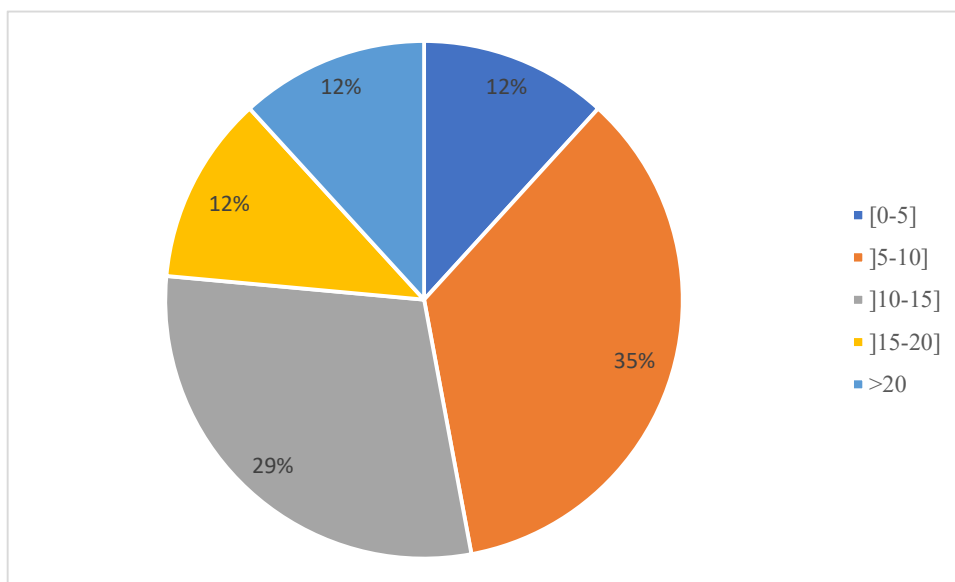


Figura 9 - Repartição das empresas pela escala 4

Em relação às percentagens menores, identificam-se 3 intervalos: [0-5[,]15-20] e >20, atingindo uma percentagem de 12%.

O grupo Nabeiro apresenta o maior número de itens compreendidos entre a escala 4 e 5, representando cerca de 76%, o que significa que a empresa está no bom caminho para alcançar que a informação divulgada seja transparente e útil para os utilizadores. O facto desta empresa apresentar relatório de sustentabilidade também justifica estes resultados, concluindo-se, como muito estudos já revelaram, o relato de sustentabilidade permite uma informação mais completa para os stakeholders.

As empresas Pabi, S.A. e TZT – Flying Fish Azores, Lda. são as que fazem referência a um menor número de itens (intervalo de 0 a 5). Por outro lado, as empresas Vitacress Portugal, S.A. e Bonduelle – (Portugal) – Agroindústria, S.A. apresentam um número bastante superior de itens (intervalo de 15 a 20), quando comparativamente com as empresas anteriores. No entanto estes números são ainda insuficientes para significar que os *stakeholders* tenham informação detalhada e real para a sua tomada de decisão. Destacam-se como empresas que mais divulgam informação não financeira as empresas

Campotec – Comercialização e Consultadoria de Hortofrutícolas, S.A. e o Grupo Nabeiro, sendo que Grupo Nabeiro é o mais completo na divulgação, tal como analisado anteriormente.

Num patamar intermédio, encontra-se o intervalo de 10 a 15, onde as empresas Lactogal Produtos Alimentares, S.A., Sugal Alimentos, S.A., Calcob – Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro e Vagos, C.R.L., Sumol + Compal, S.A. e a empresa Nuvi Industrial, S.A., divulgam um nível de informação razoável, representando uma percentagem de 29%.

Por último, as empresas Campil – Agro- Industrial do Campo do Tejo, Lda., S & A – Sociedade Industrial de Aperitivos, S.A., Frulact – Indústria Agro-Alimentar, S.A., Maçarico, S.A., Geocakes, Unipessoal, Lda. e Tomar Natural compreendem uma percentagem de 35%. Ou seja, constata-se que o intervalo de 5 a 10 é o que regista maior percentagem, indicando que as instituições ainda publicam pouca informação não financeira.

Em síntese, dos resultados acima enunciados, em cada tabela, pode-se concluir, que o setor da conservação da fruta manifesta um grau de divulgação da informação não financeira insuficiente. Ainda assim, algumas empresas estão a trilhar o caminho para atingir os objetivos pretendidos.

Tabela 10 - Itens versus distribuição geográfica

<u>Distribuição Territorial</u>	<u>Itens Económicos</u>					<u>Itens Ambientais</u>					<u>Itens Sociais</u>					<u>Total</u>				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
DSAVR Centro	97	0	8	0		142	0	40	0		236	0	16	0		475	0	64	0	
DSAVR Lisboa	97	0	8	0		128	0	53	0		220	0	32	0		445	0	93	0	
DSAVR Alentejo	22	0	8	0		24	0	25	3		42	0	30	0		88	0	63	3	
DSV	12	0	3	0		26	0	0	0		35	0	1	0		73	0	4	0	

Já no que respeita a uma análise que cruza a divulgação da informação com a área geográfica onde cada empresa se insere, verifica-se que a zona de Lisboa é a que concentra um maior número de divulgação de itens das 3 dimensões em estudo. Logo de seguida, encontra-se a zona Centro e o Alentejo com valores muito semelhantes, 64 e 63, respetivamente. Por último, com apenas 4 valores na escala de 4, situam-se os Açores.

4.2. Correlação entre as dimensões do estudo

Apresentam-se neste ponto os resultados relativos ao segundo objetivo, que consiste em verificar se existe correlação entre os itens de cada um dos 3 pilares (Económico, Ambiental e Social). Tal como explicado no ponto 3 (metodologia) recorreu-se ao teste de correlação de ρ de Spearman.

Uma das vantagens do coeficiente de correlação de ρ de Spearman é o facto de não ser afetado pelos valores atípicos ou externos. Além disso pode-se avaliar quantitativamente quanto à intensidade, como podemos observar através da tabela 11 (Dancey & Reidy, 2013).

Tabela 11 - Avaliação qualitativa do grau de correlação entre duas variáveis

Coeficiente de correlação	Intensidade de correlação
0,000	Nula ou inexistente
0,001 a 0,299	Fraca
0,300 a 0,599	Regular ou moderada
0,600 a 0,899	Forte
0,900 a 0,999	Muito forte
1,000	Plena ou perfeita

Fonte: Elaboração própria, com base em Dancey & Reidy (2013).

Antes de efetuar uma análise detalhada pelas 3 dimensões (económico, ambiental e social) é essencial desde já clarificar que apenas as correlações fortes e muito fortes foram identificadas nas tabelas 12, 13 e 14. As correlações estatisticamente significativas com força da correlação fortes com a cor rosa e as muito fortes com a cor cinzenta, como comprova a seguinte imagem.



Figura 10 - Legendas das tabelas de correlação

Primeiramente a análise recai sobre a dimensão económica, apresentada na tabela 12.

Tabela 12 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Económica

Dimensão Económica	1	2	3	4	5
1 - Desempenho Económico	1,000				
2 - Presença no Mercado	-0,063	1,000			
3 - Impactos Económicos Indiretos	0,364	-0,364	1,000		
4 - Combate à Corrupção	0,684***	0,684***	0,098	1,000	
5 - Tributos	0,339	-0,185	0,179	0,112	1,000

***A correlação é significativa no nível $p < 0,01$; **A correlação é significativa no nível $p < 0,05$.

Ao analisar a dimensão económica, pode-se concluir que existe dois coeficientes de correlação forte. Ambas detêm o valor de 0,684. Por outras palavras, o item combate à corrupção (4) tem uma forte correlação com desempenho económico (1). Ocorre do facto de quanto mais elevada for a divulgação do sistema de medidas de combate à corrupção maior será a divulgação do desempenho económico da empresa, e vice-versa.

Do mesmo modo, o item combate à corrupção (4) estabelece uma correlação forte com o item presença no mercado (2). Ou seja, como referido anteriormente, quanto mais elevado a divulgação do sistema de medidas contra a corrupção, maior a divulgação do desempenho económico (e vice-versa) e, conseqüentemente, melhor posicionamento no mercado.

Em seguida apresentam-se as correlações da dimensão ambiental na tabela 13.

Tabela 13 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Ambiental

Dimensão Ambiental	1	2	3	4	5	6	7
1 – Materiais	1,000						
2 – Energia	0,232	1,000					
3 - Água e Afluentes	0,062	0,470**	1,000				
4 – Emissões	0,024	0,470**	0,735***	1,000			
5 – Resíduos	0,225	0,487**	0,501**	0,435	1,000		
6 - Conformidade Ambiental	0,076	0,321	0,395	0,393	0,510**	1,000	
7 - Avaliação Ambiental de Fornecedores	0,033	0,480**	0,480**	0,313	0,479**	0,749***	1,000

***A correlação é significativa no nível $p < 0,01$; **A correlação é significativa no nível $p < 0,05$.

A análise de correlação relativa à dimensão ambiental, o item água e afluentes (3) desenvolve correlação forte com o item emissões (4), com o valor de 0,735*** (sendo estatisticamente significativo). Ocorre devido ao facto de os resíduos não constituírem apenas um problema ambiental, mas também um prejuízo económico. A má gestão dos resíduos contribui para as alterações climáticas e a poluição atmosférica e afeta diretamente os ecossistemas e espécies. A reciclagem ajuda a diminuir as emissões de gases e a poluição de água.

De igual modo, o item da conformidade ambiental (6) apresenta uma correlação forte (0,749***) com o item avaliação ambiental de fornecedores (7), pois permite não apenas a avaliação do alinhamento das práticas organizacionais e ambientais, mas também a comunicação desse desempenho aos consumidores, colaboradores e fornecedores.

Conclui-se assim, que a correlação mais elevada estabelece-se entre os item da conformidade ambiental e a avaliação ambiental de fornecedores. Essa correlação, pode ser explicada em virtude da preocupação cada vez maior devido aos sinais alarmantes da degradação do meio ambiente e a apreensão por parte das empresas e da sociedade em geral devido à necessidade de melhorar os comportamentos das mesmas de maneira a não prejudicar a natureza.

Por último, a análise da dimensão social na tabela 14.

Tabela 14 - Correlação de ρ Spearman / Dimensão Social

Dimensão Social	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1 – Emprego	1,00 0															
2 - Relações de Trabalho	0,68 4 ***	1,000														
3 - Segurança e Saúde do Trabalho	0,54 5 **	0,304	1,00 0													
4 - Capacitação e Educação	0,25 5	-0,159	0,17 3	1,00 0												
5 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades	0,68 4 ***	0,063	0,44 2 **	0,50 8 **	1,00 0											
6 - Não discriminação	0,78 8 ***	0,540 **	0,64 8 ***	0,11 8	0,54 0 **	1,00 0										
7 - Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	0,43 3 **	-0,091	0,54 5 **	0,25 5	0,68 4 ***	0,78 8 ***	1,00 0									
8 - Trabalho Infantil	0,31 0	-0,116	0,49 5 **	0,49 0 **	0,54 0 **	0,59 5 **	0,78 8 ***	1,000								
9 - Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	0,43 3 **	-0,091	0,54 5 **	0,25 5	0,68 4 ***	0,78 8 ***	0,12 2	0,788 ***	1,000							
10 - Práticas de Segurança	0,43 3 **	-0,091	0,36 4	0,69 6 ***	0,68 4 ***	0,31 0	0,43 3 **	0,788 ***	0,433 **	1,00 0						
11 - Avaliação de Direitos Humanos	0,81 3 ***	0,499 **	0,65 6 ***	0,16 5	0,61 4 ***	0,99 5 ***	0,81 3 ***	0,616 ***	0,813 ***	0,3 65	1,000					
12 -Comunidades Locais	-	-0,265	-	0,15	0,23	0,12	0,34	0,436	0,344	0,34	0,145	1,000				

	0,02 2		0,07 8	0	6	7	4	**		4						
13 - Avaliação Social de Fornecedores	0,43 3 **	-0,091	0,16 2	0,25 5	0,68 4 ***	0,31 0	0,43 3 **	0,310	0,433 **	0,43 3 **	0,365	0,344	1,000			
14 - Políticas Públicas	- 0,09 1	-0,063	0,05 5	0,44 4 **	- 0,06 3	- 0,11 6	- 0,09 1	0,540 **	-0,091	0,68 4 ***	-0,115	0,236	-0,091	1,000		
15 - Saúde e Segurança do Consumidor	0,55 2 **	0,378	0,26 0	0,34 5	0,37 8	0,38 2	0,17 6	0,466 **	0,176	0,65 2 ***	0,399 **	-0,032	0,176	0,515 **	1,000	
16 - Marketing e Rotulagem	0,68 4 ***	-0,063	0,44 2 **	0,50 8 **	0,11 2	0,54 0 **	0,68 4 ***	0,540 **	0,684 ***	0,68 4 ***	0,614 ***	0,236	0,684 ***	-0,063	0,378	1,000
***A correlação é significativa no nível p<0,01; **A correlação é significativa no nível p< 0,05.																

Por último, a dimensão social possui a maior força de correlação (muito forte 0,995***) entre os itens 11 - Avaliação de Direitos Humanos e 6 – Não discriminação, sendo este o valor mais próximo de 1 de toda a correlação.

O item emprego (1) detém forte correlação com os seguintes itens: relações de trabalho (2), diversidade e igualdade de oportunidades (5), não discriminação (6), avaliação de direitos humanos (11).

Pretende-se que o local de trabalho reúna as devidas condições de segurança e saúde no trabalho, não haja discriminação, mas sim aceitação do outro, de forma a estabelecer relações de trabalho confortáveis. O item da avaliação dos direitos humanos também é essencial e imprescindível para garantir a diversidade e igualdade de oportunidades dentro e fora da organização, por isso serem os itens com maior correlação, devido à exigência destes indicadores. Todos os itens estão relacionados devido ao facto de existir estabilidade no emprego sendo inevitável existir liberdade sindical e negociação coletiva, práticas de segurança, por meio da seleção de fornecedores para garantir a saúde e segurança do consumidor. Nunca permitindo o trabalho forçado e/ou análogo ao escravo.

O item de relações de trabalho (2) estabelece ligações somente moderado com a não discriminação (6) e com a avaliação dos direitos humanos (11).

Da mesma forma, o item segurança e saúde no trabalho (3) demonstra uma forte correspondência com a não discriminação (6) e com a avaliação dos direitos humanos (11). Visto caber às instituições eliminar e combater todas as práticas discriminatórias, de maneira a realizar um trabalho igual por parte de todos os membros, apoiando-se sempre com a avaliação dos direitos humanos. Graças ao facto de existir segurança nas empresas permite combater o trabalho infantil e o trabalho forçado, concedendo o direito à liberdade sindical e negociação coletiva e, de igual forma diversidade e igualdade de oportunidades entre empregados e instituições.

O item capacitação e educação (4) apresentou correlação forte com o item 10 - Práticas de Segurança. O processo permanente e deliberado da aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio de desenvolvimento de competências individuais, fornecendo conhecimento das políticas em vigor, os direitos de oportunidade e, ainda ferramentas para dizer não ao trabalho

infantil. Proporciona além disso instrumentos de segurança com elevados níveis de correlação.

De igual forma, o item da diversidade e igualdade de oportunidades (5), demarca-se com inúmeras correlações fortes. A igualdade de oportunidade e diversidade tem como objetivo uma visão justa e ausente de preconceitos. Procura corrigir desequilíbrios, como por exemplo, trabalho forçado ou análogo ao escravo (9), assegurando sempre liberdade sindical e negociação coletiva (7), práticas de segurança (10), avaliação dos direitos humanos (11), avaliação social de fornecedores (13). Compreender, valorizar e gerir eficazmente as diferenças (discriminação e trabalho infantil) mesmo com valores moderados, conduz ao sucesso a nível individual, de equipa e da instituição.

O princípio à não discriminação (6) é um pilar dos direitos humanos (11), comprovando-se com a ligação muito forte entre os itens (0,995***) e dos quatro princípios dos direitos fundamentais no trabalho. Persiste também a obrigação da liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva (7) e a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório (9), ambos com correlações fortes.

A obrigatoriedade da promoção coletiva (7), correlaciona-se com qualquer forma de interferência. Seja forçada de ingerência trabalho infantil (8), avaliação dos direitos humanos (11) e todos programas de marketing e rotulagem (16), de forma a iniciar, desenvolver e concretizar o processo negocial.

Todo o trabalho exercido por crianças deve ser classificado como trabalho infantil (8) correlaciona-se com trabalho forçado ou análogo ao escravo (9), sendo esta correlação forte (0,788), também correlaciona-se com prevenir e abolir estes riscos surgem as práticas de segurança (10), os direitos humanos (11), ambos com correlações fortes.

Condições degradantes de trabalho, cerceamento da liberdade e outras violações dos direitos humanos configuram trabalho escravo (9) correlaciona-se fortemente com direitos humanos (11).

Independentemente da empresa ser pequena, média ou grande, a saúde e a segurança (10) dos colaboradores devem ser prioritárias para as instituições. Este item estabelece relações de correlação forte com as políticas públicas (14), saúde e segurança do

consumidor (15) e marketing e rotulagem (16), visto serem algumas formas que as empresas devem adotar.

O item dos direitos humanos (11) assegura uma correlação forte (0,614***) com o item de marketing e rotulagem (16), visto ser uma prática que sensibiliza a sociedade para esta prática.

O item avaliação social de fornecedores (13), confirma também uma correlação forte, com o item de marketing e rotulagem (16), correlação de 0,684***.

5. Conclusão

Na última década, as necessidades dos *stakeholders* têm-se alterado, não só a nível financeiro, mas também a nível não financeiro com a preocupação no que toca ao meio envolvente da instituição. É neste contexto que surge a elucidação de que a informação financeira é insuficiente e, conseqüentemente, é imprescindível aglomerar, a esta informação, a informação não financeira, mormente de natureza económica, ambiental, social.

Discussões teóricas da literatura dão ênfase a que a gestão das empresas deve ser reagente às expectativas dos *stakeholders* (não somente acionistas), pois deve continuamente garantir que sejam percebidas como operando dentro das normas das suas respetivas sociedades, e que as atividades sejam percebidas como legítimas (Oyewumi et al., 2018; Patten, 1992).

Para dar resposta à pressão da sociedade, mais especificamente, aos *stakeholders*, as organizações divulgam os Relatórios e Contas, Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados. Estes relatórios possuem um conjunto de informação não financeira, relacionada com a sustentabilidade, possibilitando aos *stakeholders* informação mais transparente para a tomada de decisões.

A preparação de relatórios contribui para obter maior legitimidade, orientando os gestores a não olhar apenas para os problemas que enfrentam no ambiente imediato (interno), devendo também prestar atenção ao conjunto mais amplo de questões que afetam os ecossistemas nos quais operam (Shabana, Buchholtz & Carroll, 2017).

Um ponto positivo identificado nesta pesquisa é que cada vez mais as organizações estão consciencializadas e admitem, que para que exista um crescimento da organização, é necessário que a estratégia empresarial esteja bem identificada e, ainda se divulgue informação sustentável. No entanto, verifica-se que apenas se acrescenta valor quando toda a informação empresarial se integra, relacionando a estratégia, os riscos e oportunidades e a gestão do desempenho económico-financeiro, social e ambiental. Tendo como ponto de referência a Diretiva Europeia 2014/95/EU e em Portugal o Decreto-Lei n° 89/2017, fica notável o apoio da legislação a este reporte.

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar e caraterizar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. E como objetivos específicos (1) Identificar o conteúdo da informação não financeira de acordo com os pilares do triple bottom line: Económico, Ambiental e Social, de forma a caraterizar o relato das empresas deste setor e (2) Verificar se existe correlação entre os itens de cada um dos 3 pilares (Económico, Ambiental e Social). Recorreu-se à técnica de análise de conteúdo às páginas web e aos relatórios de sustentabilidade e testes estatísticos.

Foi possível concluir que a divulgação de informação não financeira para o setor da conservação da fruta em Portugal não representa uma prioridade para os gestores dessas empresas já que apenas 6% das empresas relatam temas relacionados com a sustentabilidade. E na sua generalidade apenas o fazem na página web, não divulgando ainda um relatório de sustentabilidade. De salientar que as empresas em estudo, divulgam mais os itens ambientais, reunindo valores superiores face aos itens económicos e sociais. Uma possível explicação será o maior interesse dos gestores nestes tópicos uma vez que o setor da conservação da fruta está dependente do meio ambiente, nomeadamente, das condições atmosféricas, qualidade e quantidade de água e com toda a envolvente. Ou seja, o setor encontra-se dependente da qualidade e das condições que o meio envolvente. Pela análise de correção ρ Spearman, destaca-se a forte correlação entre algumas temáticas de divulgação do relato não financeiro, nomeadamente entre os itens “Avaliação de Direitos Humanos” e “Não discriminação”, componentes estes da dimensão social.

Esta investigação apresenta algumas limitações, nomeadamente o tamanho da amostra. Atendendo ao índice de divulgação, constata-se que as empresas ainda têm um grande caminho a percorrer, dado que de um total de 430 empresas, apenas 6% divulgavam informação não financeira e que, maioritariamente, se concentram na zona de Lisboa. Porém é possível acreditar que as empresas portuguesas saberão prosseguir o caminho da sustentabilidade.

Em suma, os resultados obtidos permitem verificar que a amostra é reduzida e por isso é insuficiente retirar conclusões determinantes sobre as práticas de divulgação da sustentabilidade. Sendo que devem definir estratégias e reajustar os processos, com

intuito de obter informação mais elevada e melhorada, para desta forma aumentar a competitividade e a firmeza no mercado.

5.1.Limitações do estudo

Em virtude da dimensão do assunto abordado, as limitações surgem em relação à abrangência da pesquisa e ao tamanho da amostra, que é considerada pequena, e limita a generalização dos resultados.

Na presente dissertação, a primeira limitação está inerente à falta de conteúdo/informação disponível, nomeadamente no que concerne à elaboração de relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra, o que levou à inclusão das páginas web, que por sua vez não cumprem todos os requisitos pretendidos para o estudo. Era imprescindível o aprofundamento dos conceitos de sustentabilidade e da imperativa necessidade de revisão dos modelos implementados e apresentados em algumas empresas. A fragilidade na utilização destas ferramentas de comunicação, surge como elemento diferenciador das organizações, visto ampliar as perceções do posicionamento sustentável das marcas.

Outra limitação neste universo inicial prende-se com o reduzido número de empresas da amostra, que não possibilitou a realização de estudos mais aprofundados e conclusões mais claras sobre o setor da conservação da fruta. Talvez justificada pela dimensão das empresas, uma vez que a grande maioria são microempresas e pequenas empresas.

Outro aspeto a ter em conta é o facto de na sua maioria a base de dados ser interpretada como qualitativa e impedirem a realização e aplicação de um estudo estatístico mais completo, conclusões que devem ser compreendidas com alguma prudência.

5.2.Sugestões para investigações futuras

Embora as contribuições das pesquisas para a compreensão das divulgações sobre a temática da Responsabilidade Social Corporativa sejam ricas, acredita-se que há muito a ganhar com mais investigações (Verk et al., 2021).

Tendo por base que toda a temática de sustentabilidade, que se encontra em permanente crescimento e aperfeiçoamento, não descorando as limitações identificadas

anteriormente, é possível mencionar oportunidades e considerar-las em investigações futuras.

Apresenta-se como sugestões a inspiração dos resultados obtidos para a sua complementaridade através da adição de variáveis quantitativas para a construção de um modelo estatístico mais complexo e pormenorizado. Envolvendo, como por exemplo, variáveis de carácter financeiro.

Por outro lado, também poderá alargar-se a dimensão da amostra, quer em número de empresas (alargando o âmbito do sector) quer na sua localização (por exemplo: alargar a amostra a países europeus), de forma a aferir a realidade da divulgação da informação não financeira a nível europeu e nacional.

Uma outra proposição será a análise no longo prazo (no futuro), onde é esperado um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade face aos anos anteriores.

Bibliografia

- Adams, S., & Simnett, R. (2011). Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 21 (3), 292-301.
- Ashley, P. A., Coutinho, R. B., & Tomei, P. A. (2000). Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. Encontro Anual da Anpad, 24.
- Aureli, S., Magnaghi, E., & Salvatori, F. (2018). The transposition of the non-financial reporting directive in the UK, France and Italy. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, (1), 48-67.
- Barbetta, A. (2001). Estatística Aplicada Às Ciências Sociais. 5th ed. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Barbosa, F. (2019). Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico do Porto.
- Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. LDA: Lisboa, Portugal.
- Bonsón, E., & Bednárová, M. (2015). CSR reporting practices of Eurozone companies. *Revista de Contabilidad*, 18(2), 182-193. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rcsar.2014.06.002>.
- Borges, F. Q., & Borges, F. Q. (2021). TEORIA INSTITUCIONAL: uma contribuição para a gestão pública do desenvolvimento. *Revista Ciências Humanas*, 14(1).
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685-701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>.
- Brandon, P., Lombardi, P., & Bentivega, V. (1997). Evaluation of the Built Environment for Sustainability. 1st ed. Publisher Info. London ; New York : E. & F.N. Spon.

Cabaço, L., Brás, H. & Motta, G. (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal. Disponível em <<https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>>, consultado em 12 de maio de 2022.

Cáceres, M. (2022). Conjuntura Macroeconómica Portuguesa. Ordem dos Economistas. Disponível em https://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/file/XEOCM_Documento/69000901/file/Conjuntura%20Macroecono%C2%BFmica%20Portuguesa%20n1%202022v6_compressed.pdf>, consultado em 10 de junho de 2022.

Carroll, A. B. (2021). Corporate Social Responsibility: Perspectives on the CSR Construct's Development and Future. *Business and Society*, 60 (6), 1258–1278. Doi: 10.1177/00076503211001765.

Chollet, P., & Cellier, A. (2011, May). The impact of corporate social responsibility rating announcements on European stock prices. *In International conference of the French finance association (AFFI)*.

Dancey, C. P. & Reidy, J. (2013). Estatística sem matemática para psicologia. 5 ed. Porto Alegre: Penso.

Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Diário da República nº 145/2017, Série I.

Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. Diário da República nº 106/2015, Série I.

Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15 (3), 282-311.

Del-Masso, M. C. S., Cotta, M. A. D. C., & Santos, M. A. P. (2012). Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades. *Rede for Educação Especial e Inclusiva, Texto II. São Paulo: Unesp*, 1-16.

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Jornal Oficial da União Europeia.

Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014. Jornal Oficial da União Europeia.

Domingues, I. (2020). Orientações para o relato integrado e o seu cumprimento: uma análise aos relatórios integrados em Portugal. Dissertação de mestrado de Controlo de Gestão. Instituto Politécnico de Leiria.

Druckman, P. (2013). Entrevista. Revista Gestor Contábil. São Paulo, 10 ed., p. 14-17. Disponível em <<http://www.crcsp.org.br/portal/publicacoes/gestor-contabil/edicao-10.pdf>>, consultado em 22 de abril de 2022.

Duarte, C. S. C. (2014). A Responsabilidade Social Empresarial num contexto de crise econômica. *Estudos do ISCA*, (8).

Elkington, J. (1999). *Cannibals with forks Canada: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. New Society. Wiley. ISBN: 978-1-841-12084-3.

Elkington, J. (2001). *Sustentabilidade – Canibais com Garfo e Faca*. São Paulo, Markron Books.

Ethos. (2000). *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. Rede Ethos de Jornalistas. ed. 4. São Paulo: Instituto Ethos.

Europeia, C. (2011), “Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014”, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, Ao Comité Económico E Social Europeu E Ao Comité Das Regiões.

Fernando, S., & Lawrence, S. (2014). A theoretical framework for CSR practices: Integrating legitimacy theory, *stakeholders* theory and institutional theory. *Journal of Theoretical Accounting Research*, 10 (1), 149-178.

Freeman, R. E (2008). Managing for Stakeholders: Trade-Offs or Value Creation. *SSRN Electronic Journal*. 1-5. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1182862>.

Freeman, R. E. (2020). About the Stakeholder Theory. Acedido em <http://stakeholdertheory.org/about/>.

Fried, A., Holtzman, M. P., & Mest, D., (2014), “IR the new annual report for the 21st century.” *Financial Executive*, Fall 2014, 24 – 31.

Gabinete de Estratégias e Estudos. (2020). Disponível em <https://www.gee.gov.pt/en/documentos/en/economic-sectors-1/c-manufacturing/10-manufacture-of-food-products/7725-103-preparation-and-preserving-of-fruit-and-vegetables/file?fbclid=IwAR2t0kXJA6Yx6RiXIXeH9_OINJQ4byqensanY3jNm6M9RVys67XutB4j2g>, consultado em 21 de fevereiro de 2022.

Galant, A. & Černe, K. (2017). Non-Financial Reporting in Croatia: Current Trends Analysis and Future Perspectives. *Management* (18544223), 12(1). <https://doi.org/10.26493/1854-4231.12.41-58>

Gil, A. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. Ed. São Paulo: Atlas.

Gladwin, T. N., Kennelly, J. J., Krause, T. S. (1995). Shifting Paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20 (4), 874-907.

Global Reporting Initiative (GRI). 2022a. About GRI. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/about-gri/>>, consultado em 21 de fevereiro de 2022.

Global Reporting Initiative (GRI). 2022b. A short introduction to GRI Standards. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/media/wtafl14tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>>

Global Reporting Initiative (GRI). 2022c. Our mission and history. Consultado em 21 de fev. 2022. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>>, consultado em 17 de maio. 2022.

Goodland, Robert & Ledoc, G. (1987). Neoclassical Economics and Principles of Sustainable Development. *Ecological Modelling*, 38 (1-2), 19-46..

Graham, S. (2020). The Influence of External and Internal Stakeholder Pressures on the Implementation of Upstream Environmental Supply Chain Practices. *Business & Society*, 59 (2), 351-383. <https://doi.org/10.1177/0007650317745636>.

GRI - Global Reporting Initiative (1997). 25 anos capacitando decisões sustentáveis. Disponível em < <https://www.globalreporting.org/>>, consultado em 3 de dezembro de 2022.

Guarido Filho & Edson Ronaldo (2008). A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007. Curitiba, 2008. Tese de Doutorado em Administração – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Brasil.

Guilford, J. P. (1950). *Fundamental statistics in psychology and education*. 4.ed. New York: McGraw-hill Book, 605p.

Hahn, R. & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trend, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of business ethics*, 123(3), 401-420.

IIRC – Internacional Integrated Reporting Council. (2013). The International <IR> Framework. Disponível em <<https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>>, consultado em 7 de junho de 2022.

IIRC - Internacional Integrated Reporting Council. (2021). The International <IR> Framework. Disponível em <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>>, consultado em 7 de junho de 2022.

IIRC – International Integrated Reporting Council. (2011). *Towards Integrated Reporting – Communicating Value in the 21st Century*. Disponível em <[IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf](#) (integratedreporting.org)>, consultado em 7 de junho de 2022.

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2007). *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (Rev.3)*. Disponível em < https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf>, consultado em 9 de fevereiro de 2022.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2020). Disponível em <https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=522445919&att_display=n&att_download=y>, consultado em 9 de fevereiro de 2022.

Isaksson, R., & Steimle, U. (2009). What does GRI-reporting tell us about corporate sustainability? *The TQM Journal*, 21(2).

Jeurissen, R. (2000). John Elkington, Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. *Journal of Business Ethics*, 23, p. 229–231.

KPMG Portugal. (2013). Disponível em <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2013/12/corporate-responsibility-reporting-survey-2013.pdf>, consultado em 25 de maio de 2022.

KPMG Portugal. (2020). Disponível em <<https://home.kpmg/pt/pt/home.html>>, consultado em 25 de maio de 2022.

KPMG Portugal. (2022). Disponível em <<https://home.kpmg/pt/pt/home.html>>, consultado em 25 de maio de 2022.

Leocádio, M. (2017). Relato Integrado em Portugal. Disponível em <https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=127726 >, consultado em 27 de janeiro de 2022.

Livro Verde sobre o futuro do trabalho. (2021). Disponível em <<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLQwMQMAqSscTAUAAAA%3d>>, consultado em 11 de janeiro de 2022.

Lugoboni, L. F. Salgado, B. S. F. & Murcia, F. C. S. (2019). A evidenciação dos stakeholders nos formulários de referência: uma análise do foco das empresas do setor de saúde quando reportam seu risco. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 18 (3), 420- 437. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v18i3.2775>.

Machado, D., Diniz, G., Marinho, L., Furtado, C., Sousa, A., & Sena, A. (2012). Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa: um estudo da produção científica brasileira. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 3 (3). DOI:10.6008/ESS2179-684X.2012.003.0012

Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know? *Journal of Cleaner Production*, 198, 1198–1209. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.087>

Monteiro, S., Ribeiro, V. & Lemos, K. (2020). Linking Corporate Social Responsibility Reporting with the UN Sustainable Development Goals: Evidence From the Portuguese Stock Market. *In Conceptual and Theoretical Approaches to Approaches to Corporate Social Responsibility, Entrepreneurial Orientation, and Financial Performance*, 134-151. IGI Global

North, D. (1990) *Institutions, Institutional Change and economic performance*. Cambridge University Press, Cambridge.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (n.d.) Disponível em <<https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>, consultado em 5 de maio de 2022.

Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, 5 (2), 37-48.

Organização das Nações Unidas. (1987). Relatório Brundtland: “Our Common Future”: Report of the World Commission on Environment and Development. Versão Eletrónica. Disponível em <[Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development \(un-documents.net\)](http://Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development (un-documents.net))>, consultado em 18 de maio de 2022.

Oyewumi, O. R., Ogunmeru, O. A., & Oboh, C. S. (2018). Investment in corporate social responsibility, disclosure practices, and financial performance of banks in Nigeria. *Future Business Journal*, 4 (2), 195–205. <https://doi.org/10.1016/j.fbj.2018.06.004>

Pacto Global. (n.d.). Disponível em <<https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>>, consultado em 6 de maio de 2022.

Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 471–475. Doi: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)

Patten, D. M., & Shin, H. (2019). Sustainability Accounting, Management and Policy Journal’s contributions to corporate social responsibility disclosure research: A review and assessment. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 26–40. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2018-0017>

Pearce, D., A. Markandva & E.B. Barbier (1989) *Blueprint for a Green Economy*. London: Earthscan.

Phillips, R., Freeman, R. E., & Wicks, A. C. (2003). What Stakeholder Theory is not. *Business Ethics Quarterly*, 13 (4), 479-502. <https://www.jstor.org/stable/3857968>.

Porter, & Kramer. (2002). *The Competitive Advantage of Corporate Philanthropy*.

PwC (2013a). “Point of View: Integrated Reporting – Going beyond the financial results”, Disponível em <<https://www.pwc.com/my/en/assets/services/1308-point-of-view-integrated-reporting.pdf>>, consultado em 1 de janeiro de 2022.

PwC (2014). *Corporate performance: What do investors want to know? Powerful stories through integrated reporting*. Disponível em <<https://www.pwc.com/gx/en/audit-services/corporate-reporting/publications/investor-view/assets/pwc-investors-survey-powerful-stories-through-integrated-reporting.pdf>>, consultado em 1 de janeiro de 2022.

PwC (2016). *Responsabilidade social das empresas no futuro das organizações*. Disponível em <http://www.e3s.pt/storage/app/materials/ap_2do_coloquio-claudia-coelho-1481646804.pdf>, consultado em 1 de janeiro de 2022.

PwC (2017). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não financeiro*. Disponível em <<https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>>, consultado em 1 de janeiro de 2022.

PWC (2018). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017*. Disponível em <<https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html>>, consultado em 30 de novembro de 2021.

Rattner, H. (1991). *Sustainable Development. Trends and Perspectives*.

Ribeiro, M. L. (2011). *A sustentabilidade ambiental como isomorfismo institucional: um estudo dos mecanismos de adaptação que conduzem a similaridade do setor bancário brasileiro*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Nove de Julho - Uninove. Brasil.

Ribeiro, R. P., & Gavronski, I. (2021). Sustainable management of human resources and Stakeholder Theory: a review. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 15, 1-21. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v15.2729>.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: Métodos, técnicas*. São Paulo: Atlas.

Rico, E. (2004). A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. *Revista São Paulo em Perspetiva*, 18, 73-82.

Rocha, A. da S. (2010). *Ética, Deontologia e Responsabilidade Social*. Grupo Editorial Vida Económica, Ed.

Rodrigues, J., & Duarte, M. (2011). Relato da responsabilidade social, ambiental e competitividade: enquadramento teórico. *Revista Universo Contábil*, 7 (4), 138-155. Doi: 10.4270/ruc.2011435.

Rodrigues, J., & Duarte, M. (2012). *Responsabilidade Social e ambiental das empresas*. E. Editora, Ed.

Rodrigues, M.; Limena, M. (2006). *Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília: Líber Livros Editora.

Santa Cruz, L. M. M. (2006). *Responsabilidade social: visão e intermediação da mídia na redefinição do público e do privado*. Tese de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

Scapens, R.W. (2006). Understanding management accounting practices: A personal journey. *British Accounting Review*, 38 (1), 1-30.

Shabana, K. M., Buchholtz, A. K., & Carroll, A. B. (2017). The Institutionalization of Corporate Social Responsibility Reporting. *Business and Society*, 56(8), 1107–1135. <https://doi.org/10.1177/0007650316628177>.

Silva, S. (2021). Corporate contributions to the Sustainable Development Goals: An empirical analysis informed by legitimacy theory. *Journal of Cleaner Production*, 292, 125962.

Silveira, M., & Petrini, M. (2018). Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. *Gestão & Produção*, 25 (1), 56-67. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-530x3173-16>.

Simpson, A. (2010). Analysts' Use of Nonfinancial Information Disclosures. *Contemporary Accounting Research*, 27 (1), 249-288. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01008.x>.

Singha, J., Sadiq, M., & Kaurc, K. (2019). Integrated Reporting: Challenges, Benefits and the Research Agenda. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 7 (8), 1-16.

Soeiro, T & wanderley, C (2019). A teoria da institucional na pesquisa em contabilidade: uma revisão. *Revista Organizações & Sociedade*, 26 (89), 291-316. Doi:10.1590/1984-9260895.

Souza, J. A., & Costa, T. d. (2012). Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade.

Strandesen M, Poulse P, Erdal T, Schmidt A. (2008). Comparable environmental indicators for companies. Austria.

Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20 (3), 571-610.

Swiatkiewicz, O. (2009). Limites da utilização da ética e da RSE como estratégia empresarial. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8 (4), 2-9.

Tilley, C. (2014). CIMA CEO colum: "Of the six core capitals identified under integrated reporting, three relate to people." *Financial Management*.

UNESCO-UNEP. (1977). Recommendations of the Intergovernmental Conference on Environmental Education Tbilisi. USSR. France: UNESCO Paris. Disponível em <https://kykpee.org/wp-content/uploads/2015/08/the_declaration_of_tbilisi.pdf>, consultado em 4 de abril de 2022.

Velte, P. (2022). Meta-analyses on corporate social responsibility (CSR): a literature review. *Management Review Quarterly*, 72(3), 627-675.

Verk, Nataša, Urša Golob, and Klement Podnar (2021). A Dynamic Review of the Emergence of Corporate Social Responsibility Communication. *Journal of Business Ethics*, 168 (3), 491–515. Doi: 10.1007/s10551-019-04232-6.

Villiers, C., & Marques, A. (2016). Corporate social responsibility, country-level predispositions, and the consequences of choosing a level of disclosure. *Accounting and Business Research*, 46 (2), 167-195.

Willis, M. (2012). Sustainability: The Leadership Difference We Must Provide. *Public Management*, 94 (5).

World Commission on Environment and Development. (1987). Our common future. Oxford, England: Oxford University Press.

Zee, Bibi V. D. (2009). Negócios Ecológicos. Dorling Kindersley, Civilização Editores, Porto.

Anexos

Anexo I

Tabela de análise de conteúdo inicial

Itens Económicos	Aplica-se ao setor
Apresentação do Valor Económico	Sim
Presença de Mercado	Sim
Impactos Económicos Indiretos	Sim
Práticas de Compra	Sim
Combate à Corrupção	Sim
Concorrência Desleal	Sim
Tributos	Sim
Itens Ambientais	
Materiais	Sim
Energia	Sim
Água e Afluentes	Sim
Biodiversidade	Não
Emissões	Sim
Resíduos	Sim
Conformidade Ambiental	Sim
Avaliação Ambiental de Fornecedores	Sim
Itens Sociais	
Emprego	Sim
Relações de Trabalho	Sim
Segurança e Saúde no Trabalho	Sim
Capacitação e Educação	Sim
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sim
Não discriminação	Sim
Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	Sim
Trabalho Infantil	Sim
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Sim
Práticas de Segurança	Não
Direitos de Povos Indígenas	Não
Avaliação de Direitos Humanos	Sim
Comunidades Locais	Sim
Avaliação Social de Fornecedores	Sim
Políticas Públicas	Sim
Saúde e Segurança do Consumidor	Sim
Marketing e Rotulagem	Sim
Privacidade do Cliente	Sim
Conformidade Socioeconómica	Sim

Tabela de análise de conteúdo final

Itens GRI	Empresa	
	Divulga	Não Divulga
Itens Económicos		
Apresentação do Valor Económico Presença de Mercado Impactos Económicos Indiretos Práticas de Compra Combate à Corrupção Concorrência Desleal Tributos		
Itens Ambientais		
Materiais Energia Água e Afluentes Emissões Resíduos Conformidade Ambiental Avaliação Ambiental de Fornecedores		
Itens Sociais		
Emprego Relações de Trabalho Segurança e Saúde no Trabalho Capacitação e Educação Diversidade e Igualdade de Oportunidades Não discriminação Liberdade Sindical e Negociação Coletiva Trabalho Infantil Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo Práticas de Segurança Avaliação de Direitos Humanos Comunidades Locais Avaliação Social de Fornecedores Políticas Públicas Saúde e Segurança do Consumidor Marketing e Rotulagem Privacidade do Cliente Conformidade Socioeconómica		

Anexo II

Anexo 1 - Indicadores e palavras-chaves

	Itens	Palavras-chave
Económicos	Valor económico direto gerado e distribuído	Económico Custos operacionais Salários Pagamentos ao governo
	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Implicações Oportunidades Mudanças climáticas
	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	Benefício Aposentação
	Apoio financeiro recebido do governo	Apoio financeiro Governo
	Proporção entre salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	Salário Gênero Empregador Trabalhador
	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	Diretoria Local
	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	Infraestruturas Serviços Normas
	Impactos económicos indiretos significativos	Protocolos Agendas de políticos (nacionais e internacionais)
	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Corrupção Suborno Doações Patrocínios
	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Órgãos de governança
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Casos confirmados Medidas	
Abordagem tributária	Estratégia fiscal	
Governança, controle e gestão de risco fiscal	Órgãos de governança Desenvolvimento sustentável <i>Stakeholders</i>	
Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações	<i>Advocacy</i> Tributos Jurisdições fiscais	
Relato país-a-país	Transações Terceiros	

Ambientais	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Renováveis Não renováveis
	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	Matérias-primas Reciclados
	Produtos e suas embalagens recuperados	Embalagens recuperadas
	Consumo de energia dentro e fora da organização	Consumo Eletricidade Aquecimento Arrefecimento Vapor Fontes renováveis Fontes não renováveis
	Intensidade energética	Intensidade Redução
	Redução do consumo de energia	Conservação Eficiência
	Interações com a água como um recurso compartilhado	Água Captação de água
	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descarte Água superficial Água subterrânea
	Captação de água	Água do mar Água produzida Água de terceiros Estresse hídrico
	Descarte de água	Descarte Água doce
Consumo de água	Consumo Armazenamento	
Emissões diretas de gases de efeito estufa	Emissões diretas Escopo 1 Biogênicas Gases Aquecimento global	
Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	Emissões indiretas Escopo 2 CO ₂ Aquisição energia	
Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	Escopo 3	
Intensidade de emissões de gases de efeito estufa	Intensidade	
Redução de emissões de gases de efeito de estufa	Redução	
Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Produção / importação / exportação de ozônio	

	Emissões de Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas	Atmosféricas POP (...) COV HAP MP
	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Resíduos Impacto
	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Circularidade Cadeia de valor
	Resíduos Gerados	Resíduos
	Resíduos não destinados para disposição final	Reutilização Reciclagem
	Resíduos destinados para disposição final	Incineração Aterro
	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Regulamentos Multas Sanções
	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Fornecedores
	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impacto Negativos
Sociais	Novas contratações e rotatividade de empregados	Contratações Rotatividade
	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Seguro de vida Plano de saúde Auxílio Licença
	Licença maternidade / paternidade	Maternidade Paternidade
	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Prazo de aviso Negociação coletiva
	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Saúde Segurança Periculosidade
	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Incidentes de trabalho Controlo
	Serviços de saúde de trabalho	Empregadores Riscos
	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Consultas
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Trabalhadores	

Promoção da saúde do trabalhador	Promoção Prevenção
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com gerações de negócios	Mitigação Serviços Perigos Riscos
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Organização Gestão
Acidentes de trabalhos	Acidentes Óbidos
Doenças profissionais	Doenças
Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Horas Empregados
Programas para aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Competências Aperfeiçoamento de carreira
Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Carreira Desenvolvimento / Desempenho
Diversidade em órgãos de governança e empregados	Órgãos de governança Diversidade
Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	Salário-base Remuneração
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Discriminação Recuperação
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Liberdade Negociação coletiva
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Infantil Perigo Abolição
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Forçado Escravo Eliminação
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Segurança Requisitos
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	Avaliação Direitos humanos
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Empregados Políticas (direitos humanos)
Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Comunidade Local Desenvolvimento

	Impacto
Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais	Negativo Localização
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Novos fornecedores Sociais
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos Medidas
Contribuições políticas	Contribuições Política
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	Saúde Segurança
Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	Produtos Serviços Leis
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Rotulagem
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não conformidade Comunicação Publicidade
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	Promoção Patrocínio Multa Penalidade

Anexo III

Anexo 2 - Exemplo de empresas que divulgaram informação e o valor obtido no índice de divulgação

	Itens	Palavras-chave	GRUPONABEIRO (Naturdelta + Transformação de frutas Campomaiorense)		
			Divulga	Não divulg	Escal
Económicos	Valor económico direto gerado e distribuído	Económico Custos operacionais Salários Pagamentos ao governo	X		4
	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Implicações Oportunidades Mudanças climáticas	X		4
	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	Benefício Aposentação		X	1
	Apoio financeiro recebido do governo	Apoio financeiro Governo		X	1
	Proporção entre salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	Salário Gênero Empregador Trabalhador		X	1
	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	Diretoria Local		X	1
	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	Infraestruturas Serviços Normas	X		4
	Impactos económicos indiretos significativos	Protocolos Agendas de políticos (nacionais e internacionais)	X		4
	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Corrupção Suborno Doações Patrocínios	X		4
	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Órgãos de governança		X	1
	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Casos confirmados Medidas		X	1
	Abordagem tributária	Estratégia fiscal		X	1
	Governança, controle e gestão de risco fiscal	Órgãos de governança Desenvolvimento sustentável		X	1
	Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações	<i>Stakeholders</i> <i>Advocacy</i>	X		4

	Relato país-a-país	Tributos Jurisdições fiscais Transações Terceiros	X	1
Ambientais	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Renováveis	X	4
		Não renováveis		
	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	Matérias-primas	X	4
		Reciclados		
	Produtos e suas embalagens recuperados	Embalagens recuperadas	X	4
	Consumo de energia dentro e fora da organização	Consumo		
		Eletricidade		
		Aquecimento		
		Arrefecimento	X	4
		Vapor		
		Fontes renováveis		
	Intensidade energética	Fontes não renováveis		
		Intensidade	X	5
	Redução do consumo de energia	Redução		
		Conservação	X	5
Interações com a água como um recurso compartilhado	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Eficiência		
		Água	X	4
	Captação de água	Captação de água		
		Descarte	X	1
		Água superficial		
		Água subterrânea		
	Descarte de água	Água do mar	X	4
		Água produzida		
	Consumo de água	Água de terceiros		
		Estresse hídrico		
Emissões diretas de gases de efeito estufa	Descarte			
	Água doce	X	1	
	Consumo			
	Armazenamento	X	4	
Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	Emissões diretas			
	Escopo 1			
	Biogênicas	X	1	
Outras emissões indiretas de gases de efeito	Gases			
	Aquecimento global			
Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	Emissões indiretas			
	Escopo 2	X	4	
Outras emissões indiretas de gases de efeito	CO ₂			
	Aquisição energia			
		Escopo 3	X	1

	estufa				
	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa	Intensidade		X	1
	Redução de emissões de gases de efeito de estufa	Redução	X		4
	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Produção / importação / exportação de ozônio		X	1
		Atmosféricas			
		POP (...)			
	Emissões de Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas	COV		X	1
		HAP			
		MP			
	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Resíduos	X		4
		Impacto			
	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Circularidade	X		4
		Cadeia de valor			
	Resíduos Gerados	Resíduos	X		4
	Resíduos não destinados para disposição final	Reutilização	X		5
		Reciclagem			
	Resíduos destinados para disposição final	Incineração	X		4
		Aterro			
	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Regulamentos		X	4
		Multas			
	Sanções				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Fornecedores		X	4	
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impacto		X	4	
	Negativos				
Sociais	Novas contratações e rotatividade de empregados	Contratações	X		4
		Rotatividade			
	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Seguro de vida		X	1
		Plano de saúde			
		Auxílio			
		Licença			
	Licença maternidade / paternidade	Maternidade		X	1
		Paternidade			
	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Prazo de aviso		X	1
		Negociação coletiva			
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Saúde	X		4	
	Segurança				
	Periculosidade				
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Incidentes de trabalho	X		4	
	Controlo				
Serviços de saúde de trabalho	Empregadores	X		4	

	Riscos		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Consultas	X	4
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Trabalhadores	X	4
Promoção da saúde do trabalhador	Promoção		X
	Prevenção		
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com gerações de negócios	Mitigação		
	Serviços	X	4
	Perigos		
	Riscos		
Trabalhadores cobertos por um sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho	Organização	X	4
	Gestão		
Acidentes de trabalhos	Acidentes		X
	Óbidos		
Doenças profissionais	Doenças	X	4
Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Horas	X	4
	Empregados		
Programas para aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Competências	X	4
	Aperfeiçoamento de carreira		
Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Carreira	X	4
	Desenvolvimento / Desempenho		
Diversidade em órgãos de governança e empregados	Órgãos de governança		X
	Diversidade		
Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	Salário-base	X	4
	Remuneração		
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Discriminação	X	4
	Recuperação		
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Liberdade	X	4
	Negociação coletiva		
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Infantil		
	Perigo	X	4
	Abolição		
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Forçado		
	Escravo	X	4
	Eliminação		
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Segurança	X	4
	Requisitos		
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	Avaliação	X	4
	Direitos humanos		

Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Empregados Políticas (direitos humanos)	X	4
Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Comunidade Local Desenvolvimento	X	4
	Impacto Negativo Localização	X	1
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Novos fornecedores Sociais	X	4
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos Medidas	X	1
Contribuições políticas	Contribuições Política	X	1
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	Saúde Segurança	X	4
	Produtos Serviços Leis	X	1
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Rotulagem	X	1
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não conformidade Comunicação Publicidade	X	1
	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	Promoção Patrocínio Multa Penalidade	X